



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

Vinicius Golfeto Morello

**RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA: EVOLUÇÃO E
PRINCIPAIS MUDANÇAS NO PERÍODO 2003-2014**

Campinas

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

Vinicius Golfeto Morello

**RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA: EVOLUÇÃO E
PRINCIPAIS MUDANÇAS NO PERÍODO 2003-2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Martarello De Conti.

Campinas

2017

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e que me ajudaram durante todos os percalços de minha vida acadêmica e pessoal. Ao meu professor e orientador Bruno de Conti, pela paciência e dedicação nas correções e por toda ajuda durante os anos de iniciação científica e monografia, muito obrigado!

Agradeço a minha mãe, Eleni, que me ensinou a ser quem eu sou e que mesmo não estando tão perto nestes últimos anos sempre me deu forças para continuar tentando sempre ser uma pessoa melhor. Obrigado, mãe. Não conseguiria sem você.

Agradeço ao meu pai, Mauricio, e a todos de minha família que sempre me apoiaram em minhas decisões mais difíceis. Obrigado por me apoiar quando decidi focar na universidade, obrigado por me apoiar quando fui estudar fora sem saber se teria dinheiro o suficiente para me manter. Obrigado por todos estes anos sem exigir nada em troca, espero que esteja orgulhoso.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos – da Unicamp, do ensino médio e da vida. Vocês foram extremamente importantes para mim, em especial nos momentos mais difíceis. Nunca me senti completamente só, nem mesmo quando estivemos mais distantes.

Resumo

A grande evolução das relações comerciais entre Brasil e China no período recente tem sido cada vez mais objeto de discussão. Este trabalho analisa a evolução das relações comerciais entre Brasil e China no período de 2003 a 2014, marcado pelo grande avanço nos fluxos de comércio entre os dois países. O foco da discussão gira em torno do comércio de bens, mas questões políticas e diplomáticas também serão discutidas. O trabalho analisa questões de estratégia comercial, valor das exportações e importações e pauta comercial – por bens e por agregados em nível de tecnologia. O trabalho discute também as origens e efeitos da crise financeira de 2007-2008 sobre o setor externo de Brasil e China e sobre as relações comerciais entre os dois países. Por fim, analisa eventuais mudanças nas relações comerciais no período posterior a eclosão da crise, com atenção para as estratégias comerciais dos dois países no período e os futuros desafios para o Brasil. Para as análises foram utilizados dados relativos ao comércio internacional de Brasil e China, vistos sob a forma de valor, taxa de crescimento e suas tendências no período, em diversos níveis de agregação. Resultados indicam forte elevação nos níveis de comércio e grande aproximação entre os dois países, em especial no período de eclosão da crise financeira de 2007-2008. Há também uma forte tendência de concentração das exportações brasileiras para a China no setor de produtos primários e de baixíssimo conteúdo tecnológico agregado, enquanto as importações provenientes da China se concentram cada vez mais em bens de médio conteúdo tecnológico.

Palavras-chave: Brasil, China, comércio internacional, pauta comercial.

Abstract

The increasing growth in trade between Brazil and China recently has gained the attention of many scholars. This work analyses the evolution of commercial relations between Brazil and China through 2003 to 2014, when trade between these countries greatly increased. The focus of the discussion lies in the trade of goods, but political and diplomatic questions will also be discussed. The work analyses questions of commercial strategy, value of exports and imports, bilateral trade agenda – including aggregation by technologic categories. It also discusses the origins and effects of the financial crisis of 2007-2008 on the external sector of Brazil and China and on the trade relations between these two countries. Finally, it analyses eventual changes in trade relations after the rise of the crisis, paying attention to the trade strategies of both countries and the future challenges Brazil may face. Data regarding commercial trade between Brazil and China – by value, growth rate and tendencies in the studied period, including different aggregate levels – was used for this analysis. Results show a strong growth on the levels of trade between the two countries and an increasing closeness in terms of partnership, especially during the rise of the 2007-2008 financial crisis. There is also a strong tendency of concentration of Brazilian exports to China on primary goods and low-technology goods, while Brazilian imports of China are increasingly concentrated on medium-technology goods.

Keywords: Brazil, China, international trade, trade agenda.

Sumário

Índice de Tabelas.....	7
Índice de Figuras	8
Introdução	9
Capítulo 1 – As relações comerciais entre Brasil e China no período pré-crise (2003-2007).....	11
1.1 – Breve histórico da evolução das relações comerciais entre Brasil e China.....	11
1.2 – 2003-2007: Panorama geral do período, aproximação, parceria e estratégias	16
1.2.1 – Panorama geral do período.....	16
1.2.2 – Evolução das relações comerciais e pauta de comércio	20
1.2.3 – A parceria estratégica no período e intensificação da aproximação.....	34
Capítulo 2 – A crise financeira mundial e seus impactos nas relações comerciais entre Brasil e China	37
2.1 – A crise financeira de 2008: uma breve contextualização	37
2.2 – Os impactos imediatos da crise no setor externo de Brasil e China	40
2.3 – Os impactos da crise nas relações comerciais entre Brasil e China	44
Capítulo 3 – O realinhamento estratégico entre Brasil e China: cooperação ou conflito?.....	48
3.1 – As mudanças no comércio Brasil-China no contexto pós-2008.....	48
3.2 – As estratégias comerciais pós-2008: realinhamento ou manutenção?.....	57
3.3 – Cooperação ou conflito: os desafios futuros para o Brasil	59
Conclusão	62
Referências	64

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Importações e Exportações brasileiras de bens para China, Japão e Mundo, US\$ Milhões correntes	13
Tabela 2 - Principais produtos exportados – Brasil – % do total no ano – 2003 e 2007	24
Tabela 3 - Principais produtos exportados – China – % do total no ano – 2003 e 2007	25
Tabela 4 - Principais produtos importados – Brasil – % do total no ano – 2003 e 2007	26
Tabela 5 - Principais produtos importados – China – % do total no ano – 2003 e 2007	26
Tabela 6 - Exportação e Importação de bens por nível de conteúdo tecnológico – Brasil – 2003 e 2006 – Porcentagem do total	28
Tabela 7 - Exportação e Importação de bens por nível de conteúdo tecnológico – China – 2003 e 2006 – Porcentagem do total	28
Tabela 8 - Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2003 e 2007 - % do total	29
Tabela 9 - Principais produtos brasileiros importados da China em 2003 e 2007 - % do total	30
Tabela 10 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2003 a 2006 - US\$ Milhões Correntes	32
Tabela 11- Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2003 a 2006 - US\$ Milhões correntes	34
Tabela 12 - Taxa de crescimento anual de exportações e importações de bens e serviços (em valores) - Brasil e China - 2007 a 2014	41
Tabela 13 - Saldo de Transações Correntes e Reservas Internacionais - Brasil e China - 2003 a 2014 - US\$ Milhões correntes	44
Tabela 14 - Taxa de crescimento anual do comércio de bens – Exportação e Importação – Brasil e China	46
Tabela 15 - Brasil - Principais produtos exportados para a China: 2009, 2011 e 2014 - % do Total de Exportações	49
Tabela 16 - Brasil - Principais produtos importados da China: 2009, 2011 e 2014 - % do Total de Importações	50
Tabela 17 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - US\$ Milhões Correntes	51
Tabela 18 - Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - US\$ Milhões correntes	54
Tabela 19 - China - Comércio de bens com os principais parceiros comerciais - US\$ Milhões correntes	54
Tabela 20 - Brasil - Comércio de bens com os principais parceiros comerciais - US\$ Milhões correntes	55

Índice de Figuras

Figura 1 - Comércio entre Brasil e China – Bens – 1992 a 2002 – US\$ Milhões correntes	15
Figura 2 - Taxa de crescimento do PIB a preços constantes – 2000 a 2007	17
Figura 3 - Evolução do PIB per capita - Brasil e China - Valores constantes em moeda nacional.....	18
Figura 4 - Índice de preços de <i>commodities</i> : combustíveis e não combustíveis, 2000-2007	19
Figura 5 - Evolução dos termos de troca, 2003-2007.....	20
Figura 6 - Comércio de bens entre Brasil e China – 2003-2007 – US\$ Milhões correntes	21
Figura 7 - Total das importações e exportações de bens – China – 1997 a 2007 – US\$ Milhões correntes	21
Figura 8 – Total das importações e exportações de bens – Brasil – 1997 a 2007 – US\$ Milhões Correntes	22
Figura 9 - Brasil e China - Exportação e Importação de Bens e Serviços - % do PIB - 2003 a 2014....	23
Figura 10 - Evolução das Taxas de Câmbio Nominais - Real e Renminbi vs. Dólar Americano - 2003 a 2014 - Média mensal.....	24
Figura 11 - Exportações brasileiras de bens para a China - participação por nível de conteúdo tecnológico – 2003 e 2006	31
Figura 12 - Importações brasileiras de bens provenientes da China - participação por nível de conteúdo tecnológico – 2003 e 2006	33
Figura 13 – Taxa de crescimento percentual anual do PIB a preços constantes – Grupos selecionados	40
Figura 14 - Saldo da balança comercial (bens e serviços), US\$ Milhões Correntes.....	42
Figura 15 - Volume de comércio mundial, taxa de crescimento percentual anual.....	42
Figura 16 - Índices de preços de commodities, 2005 = 100.....	43
Figura 17 - Comércio bilateral entre 2007 e 2014 - Bens – Brasil e China – US\$ Milhões correntes...45	45
Figura 18 - Saldo comercial – Brasil vs. China – 2007 a 2014 – Bens - US\$ Milhões correntes	45
Figura 19 - Comércio de bens – Brasil e China – 2007 a 2014 – US\$ Milhões e Taxa de crescimento anual, %	47
Figura 20 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - Porcentagem do total.....	51
Figura 21 - Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - Porcentagem do total.....	53

Introdução

O exponencial crescimento no comércio entre Brasil e China tem sido cada vez mais objeto de estudos acadêmicos. A China, que até o início dos anos 1990 não figurava entre os principais parceiros comerciais brasileiros, passa a liderar o ranking de valor de comércio bilateral com o Brasil a partir de 2009. O próprio crescimento da economia chinesa nas últimas décadas surpreende, visto que em pouco tempo a China passou de um país com uma população majoritariamente agrária e sem setores industriais relevantes para uma grande potência industrial, tornando-se a segunda maior economia do mundo a partir de 2010, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2017).

A partir de 2003, Brasil e China experimentam um crescimento acelerado em suas exportações e importações, tanto bilateralmente quanto com o resto do mundo, por um lado impulsionados por um cenário econômico internacional bastante favorável – o crescimento econômico global apresentava taxas elevadas e os preços de bens primários estavam altos, favorecendo países exportadores destes produtos, caso do Brasil -, e por outro pelo próprio crescimento chinês e sua incessante demanda por *commodities* para alimentar sua maturação industrial, estimulando a exportação destes produtos no resto do mundo (Hiratuka & Sarti, 2016).

Com a explosão da crise financeira de 2007-2008 inicia-se um período de retração global, com queda no volume de comércio internacional e nas taxas de crescimento globais. Brasil e China, apesar de sofrerem impactos iniciais – em especial entre 2008 e 2009 -, se recuperam rapidamente no imediato pós-crise¹. A partir de então o comércio entre Brasil e China cresce a uma grande velocidade, levantando questionamentos sobre o tempo de duração deste aumento no comércio e sobre as motivações para tal.

Os dados relativos à crise sugerem que o desaquecimento das economias centrais – Estados Unidos, Japão, países da União Europeia – teve papel importante na grande queda do comércio chinês, que acabou buscando novos mercados para seus produtos. Entretanto, ainda que esta explicação possa responder por parte do crescimento no comércio entre Brasil e China no período de imediato pós-crise – especialmente até 2012 -, não leva em conta a evolução das relações comerciais e diplomáticas da China com seus outros parceiros comerciais, que podem também ter influenciado o direcionamento do comércio chinês para estes novos mercados, caso

¹ Neste trabalho, quando me refiro ao “período ou contexto pós-crise” não estou afirmando que a crise financeira acabou. Na verdade, os efeitos da crise – em especial no caso do Brasil – são sentidos ainda hoje, e são evidentes em especial após 2011.

do Brasil. Não leva em conta também a própria dinâmica do crescimento chinês, com uma taxa constantemente elevada de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que implica na busca por novos mercados e parceiros comerciais, além de fornecedores de matérias-primas essenciais para seu desenvolvimento, como veremos no decorrer do trabalho.

Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar a evolução nas relações comerciais entre Brasil e China no período de 2003 a 2014, analisando não somente o volume de comércio, mas também a evolução da pauta e os principais avanços e parcerias estratégicas entre os dois países neste período. A justificativa para a realização deste trabalho se dá a partir da crescente importância que o comércio com a China tem para o Brasil. A literatura relativa ao tema, ainda que não tão vasta, está em pleno crescimento, e as discussões apresentam teses interessantes e divergentes, passando de uma visão positiva e otimista com relação ao crescimento do comércio a uma visão mais pessimista, que fala inclusive sobre uma nova forma de dependência externa.

A principal hipótese deste trabalho é a de que teria ocorrido uma mudança estrutural nas relações econômicas entre os dois países a partir da crise de 2007-2008, resultando numa maior aproximação comercial e diplomática, num modelo de parceria distinto do verificado no período anterior.

O primeiro capítulo busca entender as relações comerciais entre Brasil e China no período anterior à crise, com foco para os anos entre 2003 e 2007. Neste capítulo é realizada uma breve discussão relativa a evolução das relações comerciais e diplomáticas entre os países desde a década de 1970, passando pela aproximação diplomática e o início da parceria estratégica entre os dois países. O panorama geral do ambiente econômico internacional no início do século XXI também foi discutido, e em seguida a discussão se volta para os fluxos de comércio dos dois países no período pré-crise – em relação ao mundo, mas principalmente no âmbito bilateral – e a evolução da pauta de exportação e importação de Brasil e China com outros países e entre si. Há também um breve panorama sobre a evolução das taxas de câmbio brasileira e chinesa.

O segundo capítulo discorre brevemente sobre as origens e efeitos gerais da crise financeira sobre o comércio mundial e seus impactos imediatos sobre o setor externo de Brasil e China, assim como os efeitos sobre as relações comerciais entre os dois países, em especial no período do imediato pós-crise, com foco para análises do comércio de bens, suas tendências e taxas de crescimento, além do saldo comercial entre os dois países.

O terceiro capítulo busca compreender a dinâmica de comércio entre Brasil e China no contexto pós-crise, analisando primeiramente as mudanças quantitativas e qualitativas no comércio entre os dois países após 2009: exportações, importações e pauta comercial – em termos de bens individuais e agregados por faixa de conteúdo tecnológico. Discute também os movimentos cambiais de Brasil e China de forma breve. O capítulo busca entender as estratégias adotadas pelos dois países e as compara com as do período anterior, trazendo uma discussão sucinta sobre os desafios futuros do Brasil no contexto em que se insere no final do período aqui estudado.

Capítulo 1 – As relações comerciais entre Brasil e China no período pré-crise (2003-2007)

O objetivo deste capítulo é realizar uma breve discussão acerca do vertiginoso crescimento no comércio entre Brasil e China no período imediatamente anterior à crise financeira mundial de 2007/2008. Na primeira parte do capítulo, será realizado um breve histórico das relações comerciais entre Brasil e China, desde o início do processo de abertura comercial chinesa, a partir de 1978. Na segunda parte, a discussão sobre as relações comerciais entre os dois países entre 2003 e 2007, período que marca uma intensa expansão do comércio bilateral entre os dois países. Na terceira parte do capítulo, a pauta de comércio nesse mesmo período será discutida.

1.1 – Breve histórico da evolução das relações comerciais entre Brasil e China

As relações comerciais entre Brasil e China, no patamar visível atualmente, são um fenômeno extremamente recente. Foi só a partir dos anos 1990 que o comércio entre os dois países passou a representar volumes significativos, se intensificando durante os anos 2000.

De acordo com Oliveira (2004), Brasil e China tiveram relações modestas durante o século XX. No início da década de 1960 havia um certo interesse do empresariado brasileiro pelo mercado chinês, fazendo com que, em 1961, João Goulart – então presidente do Brasil - estabelecesse uma missão comercial no país asiático, esta interrompida com a tomada do poder pelos militares em 1964 (Dick, 2006).

Dick (2006) argumenta que é a partir de 1974, quando se reestabelecem as relações diplomáticas entre os dois países, que começam a se firmar os alicerces de uma parceria estratégica. De acordo com a autora, a China teria passado por uma reestruturação interna a partir da ascensão de Deng Xiaoping, em 1978, buscando a superação do subdesenvolvimento

a partir de uma maior abertura comercial, adotando políticas de estímulo às exportações, desenvolvimento tecnológico e criando as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), procurando atrair investimentos estrangeiros com transferência de tecnologia².

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os governos brasileiro e chinês intensificam suas relações políticas e econômicas, que ainda eram modestas. Neste mesmo período, o Brasil passava pela crise da dívida externa e o início do processo de redemocratização. A busca por intensificação das relações comerciais entre os dois países era, portanto, uma política de segundo plano (Dick, 2006).

Durante os anos 1970 e 1980, foram limitadas as tentativas de uma maior aproximação entre os países, apesar das semelhanças nas posições de política externa – ambos os países buscavam uma posição mais autônoma no cenário externo durante a década de 70, ainda que o Brasil continuasse priorizando sua relação com os Estados Unidos e pautando sua política externa na política americana, em última instância - verificar – e no contexto de Cooperação Sul-Sul³ durante os anos 80, apesar do Brasil ter priorizado relações com países africanos neste quesito (Oliveira, 2004).

No final da década de 1980 e início da década de 1990 – em especial após 1993 – há uma intensificação nas buscas por uma parceria estratégica entre os dois países. Biato Junior (2010, p. 64-67) argumenta sobre algumas das motivações chinesas e brasileiras para aproximação política e comercial bilateral no período: primeiro, o Brasil era visto pelos chineses como um país de similaridades com a China, um grande país em território e população, em desenvolvimento, com uma economia relativamente sofisticada, com destaque no cenário internacional; segundo, o Brasil teria sido um “amigo fiel” por não interromper as relações com a China após o episódio de *Tiananmen Square* em 1989, que gerou um isolamento econômico do país com relação as economias centrais; terceiro, com a aceleração das reformas econômicas chinesas em 1992, o país estaria buscando novos mercados e fontes de matéria-prima e capital para suprir a expansão industrial; quinto, o Brasil via boas perspectivas no aumento das exportações para a China e buscava ter apoio internacional em posições que compartilhava com o país, como relações norte-sul, agendas de paz, meio ambiente, nuclear, entre outros.

Ainda assim, pode-se dizer que até o início dos anos 1990 as relações entre os dois países eram eventuais e o comércio em baixo valor, atingindo cerca de US\$ 2,4 bilhões em

² Para informações detalhadas, consultar Dick (2006).

³ Para detalhes, consultar Oliveira (2006).

1997, ou cerca de 2% do total do comércio brasileiro de bens naquele ano. O único país asiático com que o Brasil mantinha alguma relação comercial mais significativa durante o período era o Japão, que representava pouco menos de 6% do total do comércio brasileiro em 1997 (MDIC, 2016).

Na Tabela 1 podemos ver o comércio de bens do Brasil com China, Japão e o mundo. Nota-se que o comércio com a China aumenta quase cinco vezes entre 1992 e 1997, passando de US\$ 517,3 milhões para US\$ 2,4 bilhões. Apesar do rápido crescimento, a importância da China no total do comércio externo brasileiro de bens era ainda muito baixa. Em comparação, vemos que em 1997 o comércio com o Japão era cerca de três vezes maior do que com a China, chegando a quase 6% do total. Mesmo com o crescimento em valor, houve queda em termos percentuais na participação no total.

Tabela 1 – Importações e Exportações brasileiras de bens para China, Japão e Mundo, US\$ Milhões correntes

<i>Ano</i>	<i>China</i>	<i>% Total Comércio</i>	<i>Japão</i>	<i>% Total Comércio</i>	<i>Mundo</i>
1989	719	1,3%	3.926	7,2%	54.241
1990	585	1,1%	3.960	7,3%	53.870
1991	301	0,5%	3.907	7,1%	54.597
1992	517	0,9%	3.572	6,1%	58.321
1993	936	1,4%	3.977	6,0%	66.000
1994	1.019	1,3%	4.524	5,7%	79.066
1995	1.622	1,6%	5.828	5,8%	100.239
1996	2.366	2,3%	5.964	5,7%	104.475
1997	2.405	2,0%	6.878	5,8%	118.060

Fonte: Comtrade, elaboração do autor.

O interesse por uma agenda comercial mais significativa entre ambos os países ganha força a partir dos anos 1990, período em que se começa a estabelecer, de fato, uma parceria estratégica. Com o fim da guerra fria e o início de um período de liberalismo econômico e globalização, o governo brasileiro passou a buscar parcerias com países com grande potencial de crescimento econômico, influência política regional e população: Índia, China, Rússia, África do Sul, sendo a China uma das prioridades (Dick, 2006). Esta busca por novas parcerias vai realmente se acentuar somente nos anos 2000, a partir dos governos Lula.

Antes de iniciar a análise dos fluxos bilaterais de comércio entre Brasil e China, cabe primeiro lembrar os principais determinantes do comércio internacional (exportações e importações). Blanchard e Johnson (2013, p. 401), em seu manual de macroeconomia, argumentam que os determinantes das importações – parte da demanda doméstica por bens

suprida por bens estrangeiros – seriam a renda interna (quanto maior, maior a demanda por bens – incluindo importados), mas também a taxa de câmbio real, que determina o quão caro um bem doméstico é em relação a um bem importado. Assim, um aumento da taxa de câmbio real (valorização da moeda) levaria a um aumento das importações. Dwivedi (2010 p. 136) adiciona outros fatores internos e externos que determinam as importações: elasticidade-renda dos bens importados, tarifas de importação e políticas governamentais, política cambial e gostos e preferências dos consumidores internos por produtos estrangeiros. Segundo o autor, existem também as importações autônomas, independentes da renda interna, caso da importação de comida e outros tipos de bens.

No caso das exportações, Blanchard e Johnson (2013, p. 401) sugerem que seus principais determinantes são a renda externa e também a taxa de câmbio real. Um aumento na renda internacional significaria um aumento das exportações. Por outro lado, uma apreciação cambial desestimularia as exportações. Segundo Dwivedi (2010, p. 134), os principais determinantes externos das exportações, além da renda dos países importadores e a taxa de câmbio real, são a elasticidade-renda para importação dos outros países, suas políticas internas de comércio e tarifas e suas políticas cambiais. Internamente os principais determinantes são: políticas governamentais para exportações, impostos e subsídios sobre exportações, disponibilidade de bens para exportação após suprida a demanda interna, acordo tarifários e a competitividade internacional dos bens exportados.

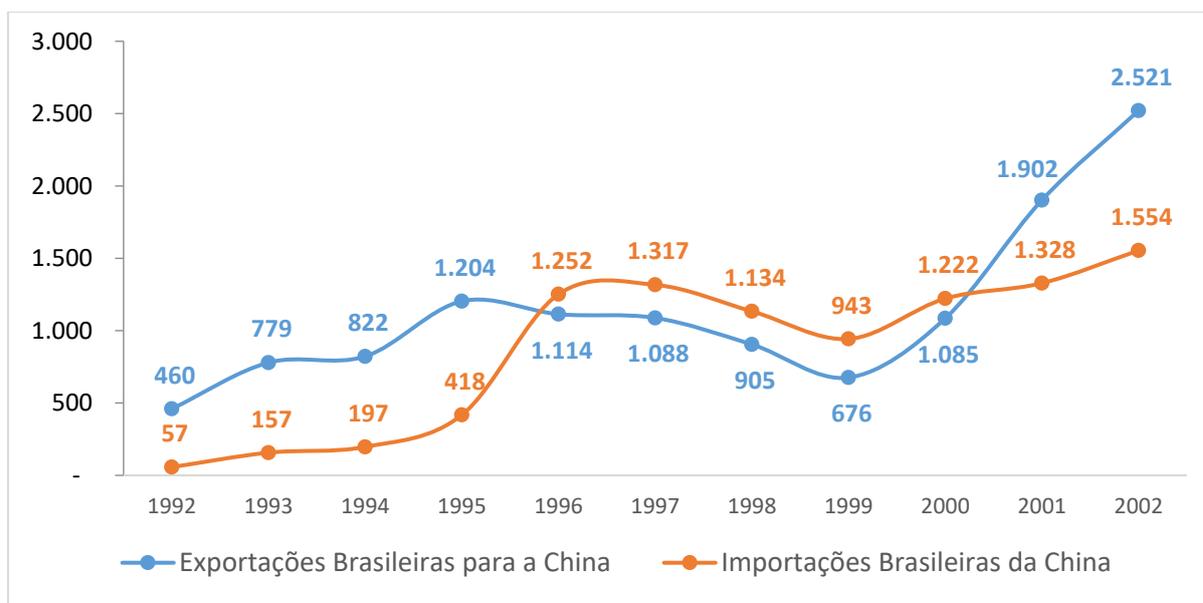
Definidos os principais determinantes das importações e exportações, podemos agora analisar o comércio entre os dois países mais a fundo.

É possível notar, na Figura 1, o vertiginoso crescimento do comércio entre os dois países. Tanto as exportações brasileiras para a China, quanto as importações provenientes do país asiático cresceram durante a década de 1990. O período de mais vigoroso crescimento nesta década se deu entre 1992 e 1996, sinal tanto do estreitamento das relações comerciais (ainda que em menor medida que no início dos anos 2000, como veremos) quanto do processo de ampla abertura comercial brasileira durante esta década (Dick, 2006, pp. 76-77; Averbug, 1999).

De acordo com dados da Comtrade (2016), a taxa média anual de crescimento das importações brasileiras de bens provenientes da China entre 1993 e 2002 foi de 54,1%. No caso das exportações brasileiras para a China no mesmo período, a média de crescimento foi de 23,8% ao ano, sendo que de 2000 a 2002 esta média anual foi de 56,1%. Assim, é possível notar

que o comércio entre os dois países já apresentava uma tendência de acelerado crescimento na década de 1990 e início dos anos 2000. Em 2003, a China passa a ser o terceiro país que mais recebe exportações brasileiras, atingindo US\$ 4,5 bilhões – em 1995, o país ocupava o 11º lugar neste mesmo quesito (Puga et. al., 2004).

Figura 1 - Comércio entre Brasil e China – Bens – 1992 a 2002 – US\$ Milhões correntes



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

A queda no comércio bilateral e nos fluxos de investimento após 1996 se deve, em grande medida, à queda generalizada das transações comerciais entre Brasil e Ásia como fruto da crise asiática e da crise monetária brasileira a partir de 1999 (Oliveira, 2004).

Outro ponto a se notar é que de 1996 a 2000 as importações brasileiras provenientes da China foram maiores que as exportações brasileiras ao mesmo país, muito em função da sobrevalorização do Real até janeiro de 1999 – que gerava um aumento das importações no Brasil, em geral - e da crise asiática, que levou a uma depressão generalizada das exportações brasileiras para a região devido à queda da demanda por importações, mas que não se traduziu em maior medida numa queda de importações brasileiras provenientes da Ásia. A taxa média do crescimento do PIB chinês a preços constantes entre 1993 e 1997 foi de 11,4% ao ano, em trajetória decrescente. A partir de 1998 a taxa de crescimento caiu sensivelmente, passando de 9,2% em 1997 para 7,8% em 1998 e 7,6% em 1999 (FMI, 2016). Apesar da manutenção das altas taxas de crescimento mesmo no período de eclosão da crise asiática, fica evidente a desaceleração no período.

Ainda que tenha ocorrido um forte crescimento do comércio bilateral entre os dois países, as transações com a China não chegaram a alcançar 2,3% do total do comércio externo brasileiro durante a década (Mendes et. al., 2013). Como veremos, a participação da China nas transações comerciais brasileiras cresceu exponencialmente durante os anos 2000. Ainda assim, fica claro ter havido um fortalecimento das relações comerciais entre os dois países já na década de 1990, mesmo que limitado.

1.2 – 2003-2007: Panorama geral do período, aproximação, parceria e estratégias

1.2.1 Panorama geral do período

O período que se segue após a aproximação inicial nos anos 1990 – em especial no contexto da cooperação sul-sul, mais ainda de forma bastante tímida se comparada ao período posterior (Saraiva, 2007) - é marcado pelo forte crescimento das relações comerciais entre Brasil e China. O comércio internacional, após o período de crises e recessão - marcado pela crise da bolha *dot-com* nos Estados Unidos, a crise financeira na Argentina e a crise energética no Brasil -, se recupera rapidamente, em um período de rápida expansão do comércio internacional associado ao “boom de *commodities*”, entre 2003 e 2007⁴.

Neste período, a maior parte dos países periféricos passou por um intenso crescimento da renda e do comércio internacional, em especial os países da Ásia – em particular a China – e da América Latina.

Na Figura 2, podemos ver a taxa de crescimento do PIB a preços constantes entre 2000 e 2007 de três grupos de países: a taxa média de crescimento de todos os países do mundo que deram essa informação (mundo), a taxa média de crescimento do G7 e aquela dos países considerados pelo FMI como emergentes, incluindo Brasil e China.

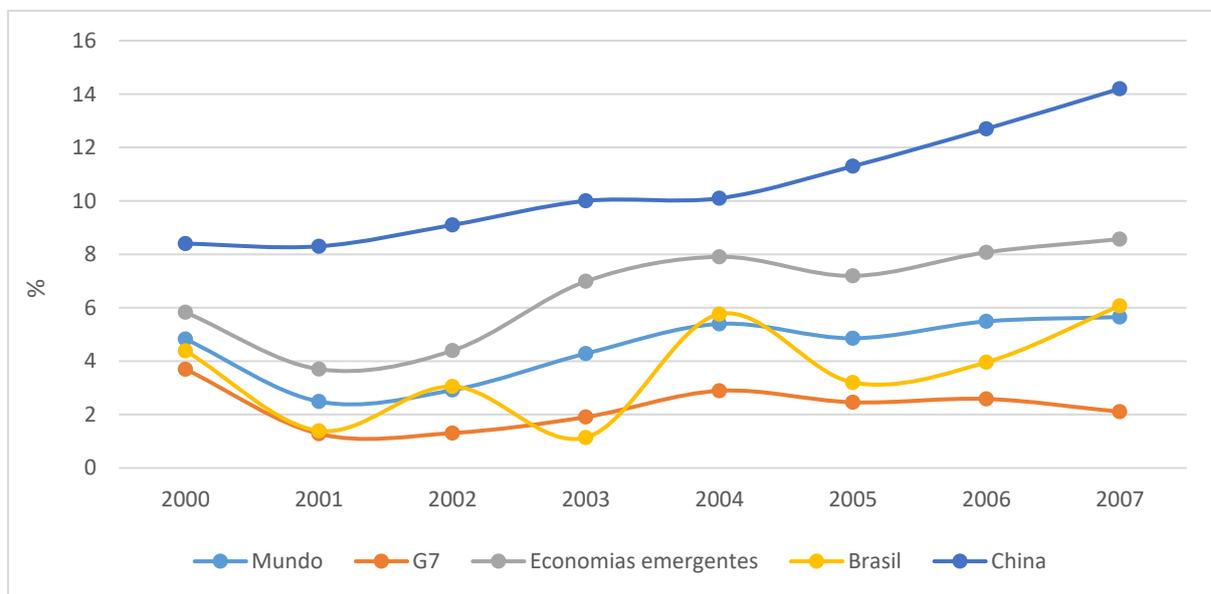
É possível perceber que após a queda das taxas de crescimento verificada em 2001, a economia mundial entra em rota ascendente, tanto os países em desenvolvimento quanto os países do G7. É notável, contudo, que as economias ditas emergentes têm uma taxa de crescimento do PIB muito mais elevada do que a dos países do G7, chegando a quase 9% em 2007, enquanto nas economias do G7 a média foi de pouco mais de 2% no mesmo ano.

De acordo com dados do FMI, a média da taxa de crescimento mundial entre 2003 e 2007 foi de cerca de 5,1% ao ano; dos países ditos emergentes, cerca de 7,7% ao ano, enquanto

⁴ Para detalhes, consultar Prates (2007) e Prates & Marçal (2008).

dos países do G7 de apenas 2,4% ao ano. O que se infere é que a alta taxa média de crescimento mundial deste período se deve, em grande, parte ao elevado crescimento das economias emergentes.

Figura 2 - Taxa de crescimento do PIB a preços constantes – 2000 a 2007



Fonte: FMI; elaboração do autor.

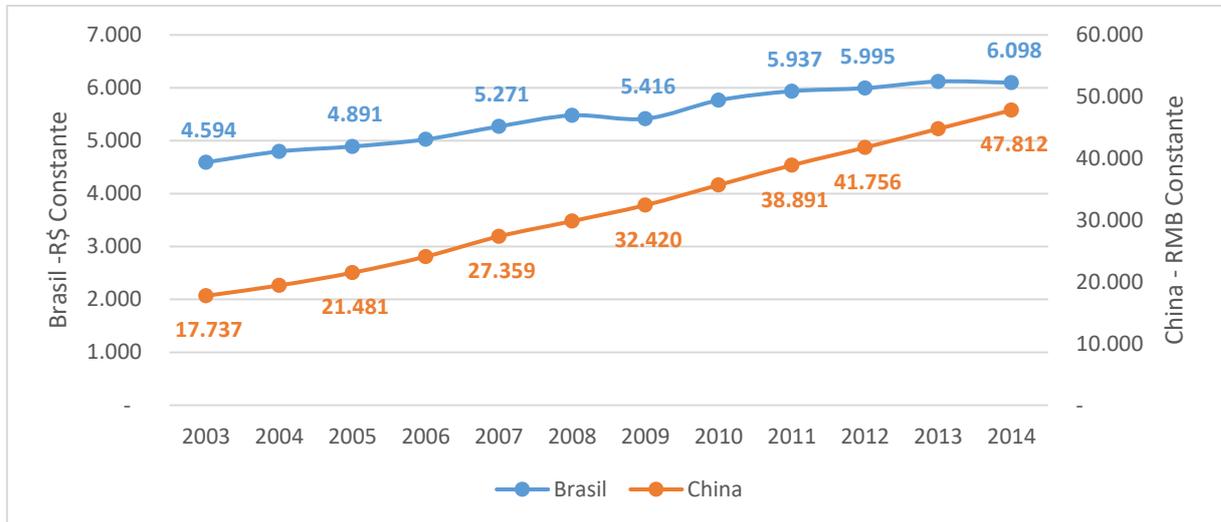
Analisando as taxas de crescimento do PIB de Brasil e China separadamente, podemos notar que a média de crescimento chinesa é muito superior à mundial e está acima daquela dos países emergentes, chegando a cerca de 11,6% ao ano entre 2003 e 2007. No caso do Brasil, nota-se primeiramente a alta oscilação do crescimento anual do PIB. Entre 2000 e 2007, somente nos anos de 2002, 2004 e 2007 a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi superior à média mundial. Entre 2003 e 2007, a taxa média de crescimento do PIB no Brasil foi de cerca de 3,5% ao ano, superior à média dos países do G7.

Em termos de PIB *per capita*, temos na Figura 3 a evolução do brasileiro (eixo esquerdo) e chinês (eixo direito) de 2003 a 2014, em valores constantes em moeda nacional. O que se percebe é uma trajetória de crescimento durante todo o período para os dois países. Somente o Brasil apresentou queda no PIB *per capita* em relação a anos anteriores, em 2009 e 2014.

No período de 2003 a 2007, o PIB *per capita* brasileiro cresceu a uma média de 3,5% ao ano. No caso da China, este crescimento foi de 11,4% ao ano. Entre 2008 e 2014, contudo, o crescimento no PIB *per capita* brasileiro foi de em média 2,1% ao ano, com queda em 2009 e 2014 – como já dito. O crescimento médio no caso da China também diminuiu no período,

passando para 8,3% ao ano – ainda assim muito superior ao brasileiro. Nota-se, portanto, que não foi somente o PIB destes países que cresceu no período pré-crise, mas também seu PIB per capita, indicando um aumento da produtividade de suas economias internas.

Figura 3 - Evolução do PIB *per capita* - Brasil e China - Valores constantes em moeda nacional

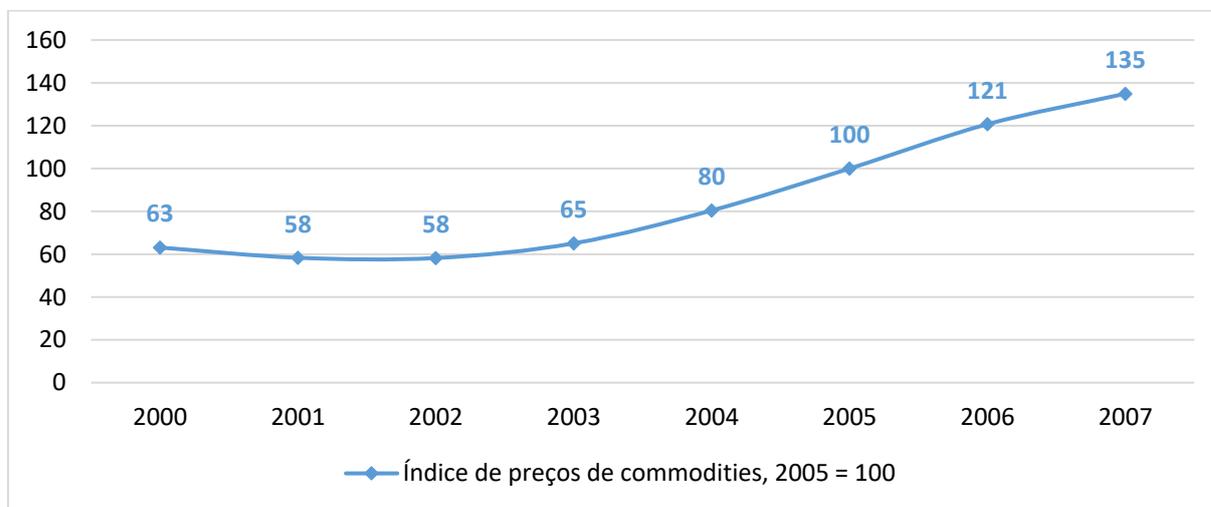


Fonte: FMI; elaboração do autor.

Um dos fatores que explica o vertiginoso crescimento das economias emergentes é a evolução dos preços de *commodities* – em especial entre 2003 e 2007 – dada a alta especialização dos países em desenvolvimento – ainda que muitos países periféricos tenham importantes setores industriais, como o México (sob a forma de empresas maquiladoras), e países do sudeste asiático, com uma indústria voltada para exportações - na exportação de produtos primários, em especial a partir dos anos 1990 (Cypher, 2010).

Na Figura 4 temos a evolução do índice geral de preços de *commodities* entre 2000 e 2007, que engloba os índices de preços de combustíveis e não combustíveis. É notável o rápido crescimento do índice de preços de *commodities* entre 2002 e 2007, muito em função do elevado crescimento da demanda chinesa e indiana por produtos primários para sustentar seu rápido crescimento econômico neste período (Lira, 2013), além do intenso processo de urbanização. O chamado “efeito China” se deu por meio do intenso crescimento das importações chinesas de minérios, matérias-primas, ferro e aço, petróleo e produtos semimanufaturados intensivos em aço, além de produtos agrícolas (Prates, 2007). Ou seja, o *boom* dos preços de *commodities* durante o período foi essencial para assegurar o crescimento de países emergentes com alta especialização na exportação de produtos primários, caso do Brasil.

Figura 4 - Índice de preços de *commodities*: combustíveis e não combustíveis, 2000-2007



Fonte: FMI; elaboração do autor.

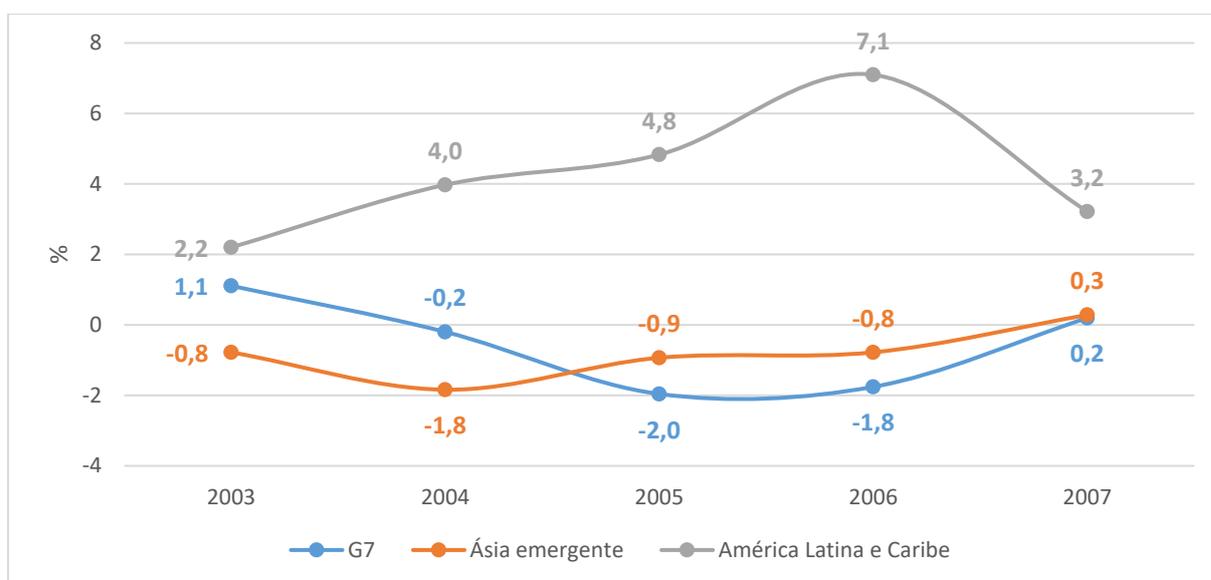
Na Figura 5 temos a evolução dos termos de troca de três agrupados de países: G7, países da América Latina e Caribe e países da Ásia emergente, incluindo a China. O que se percebe de imediato é a ascensão dos termos de troca dos países da América Latina, reflexo tanto do aumento dos preços de *commodities* quanto do movimento de especialização dos países latino-americanos na exportação de produtos primários, movimento que vem ocorrendo desde o final dos anos 80 e se insere no processo de globalização mundial (Cypher, 2010). Além disso, a indústria de países do sudeste asiático – em especial a indústria chinesa – é capaz de produzir bens industriais relativamente mais baratos, causando uma queda em seu preço médio.

Assim, é natural que se verifique uma melhora nos termos de troca para os países da América Latina, dada a elevação dos preços gerais de commodities, como visto na Figura 3 e a crescente “primarização” (conforme o termo usado por Cypher, 2010) das exportações latino-americanas. Este movimento se intensifica a partir da entrada da China como um *global player* nas exportações de produtos manufaturados – acirrando a competição internacional - e na sua crescente demanda por produtos primários durante toda a primeira década dos anos 2000.

Ainda na Figura 5 podemos ver a relativa piora nos termos de troca dos países do G7, e uma melhora tímida para os países da Ásia emergente, mas que ainda se mantém negativa até 2006. Neste período, como veremos adiante, a China se torna uma grande importadora de recursos primários para sustentar seu vigoroso crescimento de demanda por bens primários de forma a suprir sua crescente indústria, além do elevado ganho de poder de consumo das massas (Lira, 2013).

É evidente, portanto, que grande parte do crescimento dos países emergentes se deve a uma gradual melhora dos termos de troca e da elevação dos preços de commodities. Outro fator a se notar é a elevada liquidez internacional do período, caracterizado pelo segundo ciclo de liquidez da era da globalização (Biancarelli, 2007).

Figura 5 - Evolução dos termos de troca, 2003-2007



Fonte: FMI; elaboração do autor.

1.2.2 Evolução das relações comerciais e pauta de comércio

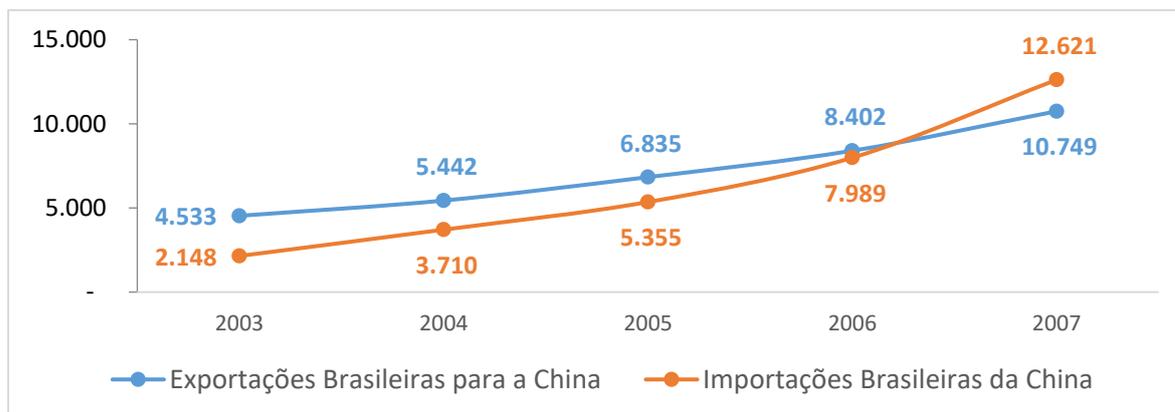
Comércio bilateral de bens

Na Figura 6 temos o comércio bilateral de bens Brasil-China entre 2003 e 2007. O que se nota, primeiramente, é o crescimento vertiginoso tanto das exportações brasileiras para a China, quanto das importações brasileiras provenientes deste país.

As exportações mais do que dobraram neste período, passando de US\$ 4,5 bilhões em 2003 para US\$ 10,7 bilhões em 2007, um crescimento de 137%. A taxa média de crescimento das exportações em direção à China neste período foi de 24% ao ano.

As importações de bens provenientes da China cresceram ainda mais rápido, passando de cerca de US\$ 2,1 bilhões em 2003 para cerca de US\$ 12,6 bilhões em 2007 - um crescimento de cerca de 488% - ultrapassando o total de exportações brasileiras para a China neste ano. Anualmente, as importações brasileiras provenientes da China cresceram a uma média de 56%.

Figura 6 - Comércio de bens entre Brasil e China – 2003-2007 – US\$ Milhões correntes

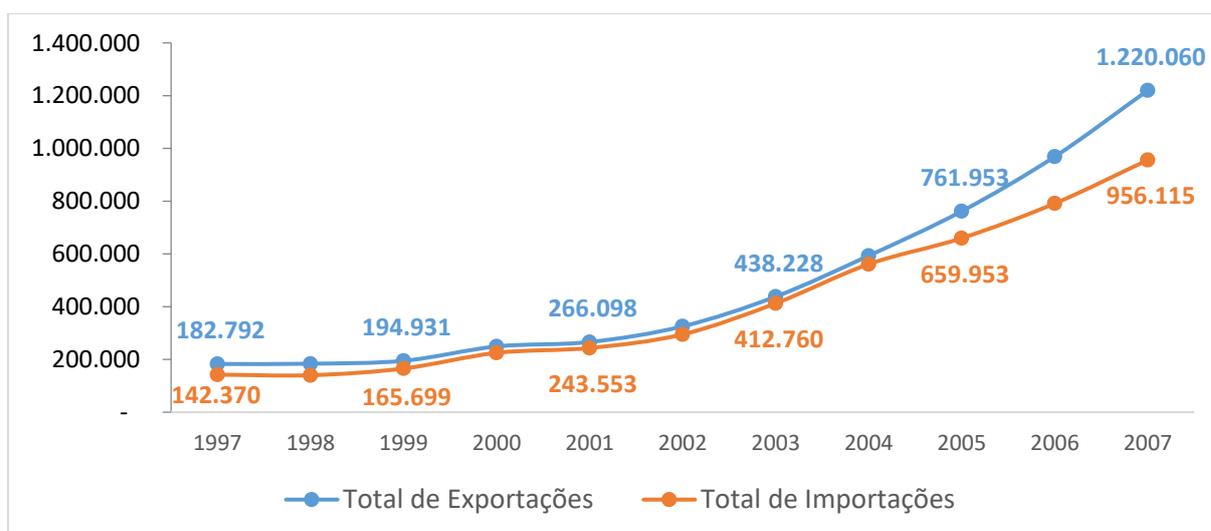


Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Como veremos, este elevado crescimento no comércio entre os dois países é resultado de um esforço de aproximação comercial e diplomática por parte do governo chinês e brasileiro, mas também pelo espetacular crescimento da produção e exportações chinesas e brasileiras para todo o mundo neste período, como é possível ver nas Figuras 6 e 7.

A Figura 7 mostra o crescimento do total importações e exportações chinesas de bens entre 1997 e 2007. O que se observa é uma tendência de crescimento mais rápido a partir de 2000, que mantém uma trajetória ascendente praticamente em linha reta até 2007 - no caso das exportações – e 2004, no caso das importações, quando a trajetória de crescimento se torna mais suave.

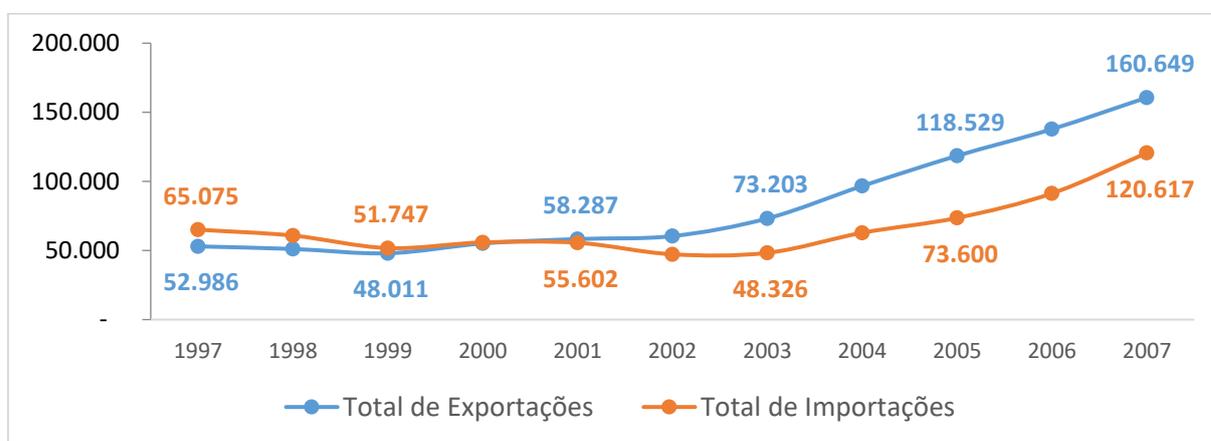
Figura 7 - Total das importações e exportações de bens – China – 1997 a 2007 – US\$ Milhões correntes



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Na Figura 8, temos o crescimento do total de importações e exportações brasileiras de bens no mesmo período, 1997 a 2007. Inicialmente, é possível perceber uma certa instabilidade na trajetória de ambas as curvas entre 1997 e 2000. O período conturbado - marcado pela crise asiática de 1997, a crise russa de 1998, a liberalização do Real em 1999, a crise argentina entre 1999 e 2002 e a crise da bolha *dot-com* em 2001 – certamente afetou o desempenho das exportações brasileiras, assim como o arrefecimento temporário do crescimento das importações. A partir de 2002, importações e exportações passam a ter uma trajetória de alto crescimento até 2007, muito em função do já discutido *boom* de *commodities*.

Figura 8 – Total das importações e exportações de bens – Brasil – 1997 a 2007 – US\$ Milhões Correntes

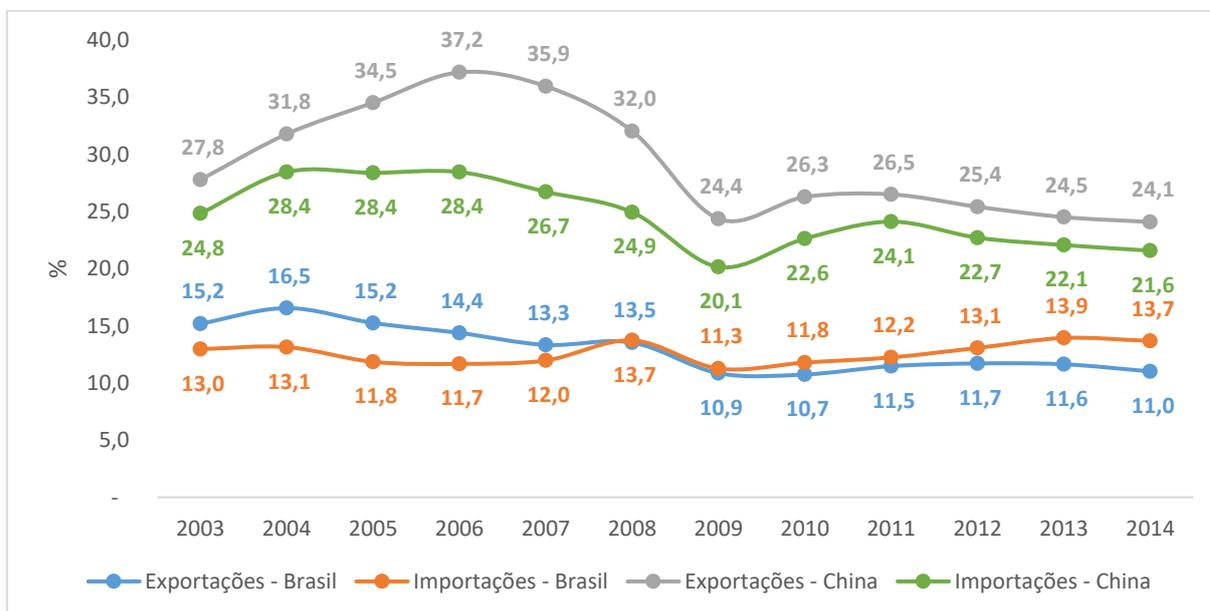


Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Em termos de participação das exportações e importações no PIB de cada país, podemos ver na Figura 9 que entre 2003 e 2007 houve um crescimento elevado da participação das exportações no PIB chinês, reflexo de sua política exportadora agressiva. A queda tem início já em 2007, chegando a uma participação de 24,4% em 2009. No caso das importações, a participação se mantém elevada, mas cai gradualmente até 2009, quando atinge 20,1% do PIB. O que se percebe é que o comércio externo é extremamente importante para o crescimento chinês, mas que, com a consolidação de seu mercado interno, vai perdendo importância em termos de participação no PIB. Isto se percebe em especial após 2010.

No caso do Brasil, a participação das importações e exportações no PIB é sensivelmente menor do que na China. As exportações vão perdendo participação ao longo de todo o período, com o menor nível em 2010 – 10,7%. As importações começam a ganhar importância a partir de 2009, ultrapassando a participação das exportações.

Figura 9 - Brasil e China - Exportação e Importação de Bens e Serviços - % do PIB - 2003 a 2014



Fonte: Banco Mundial; elaboração do autor.

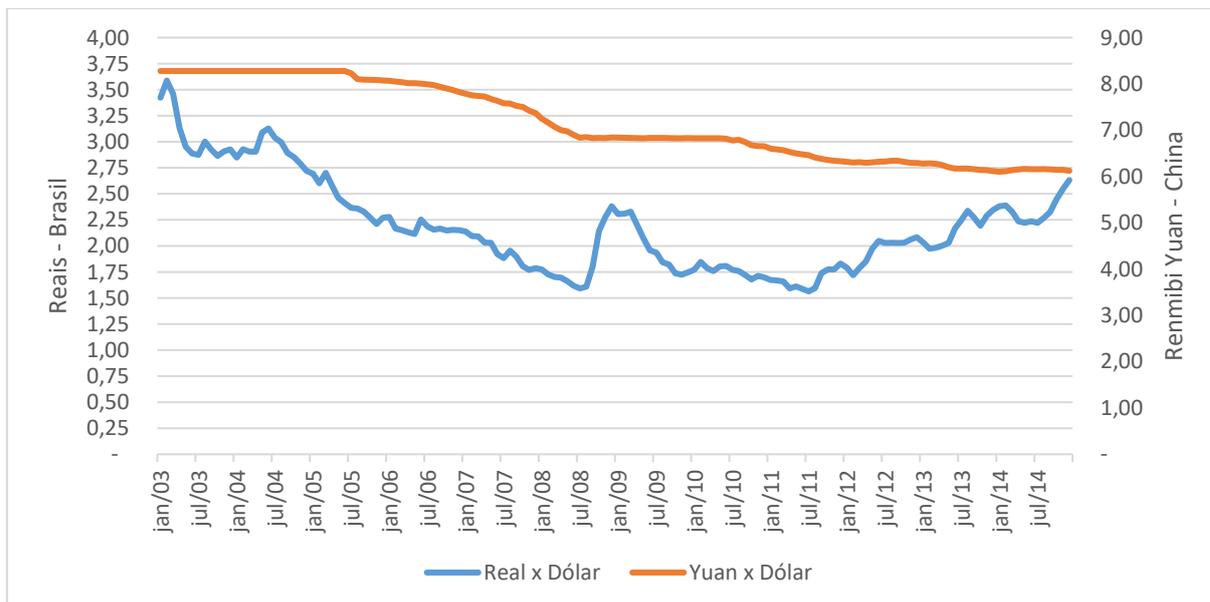
Em termos cambiais, verificam-se tendências bem definidas no período pré-crise para os dois países. Ao analisar o comportamento das taxas de câmbio (nominais) do Real e do Renminbi (ou Yuan) chinês perante o dólar americano (relação moeda nacional/dólar), como visto na Figura 10, nota-se a tendência de valorização das duas moedas entre 2004 e 2008, ainda que o Real (eixo direito) apresente maior volatilidade, visto que o Yuan – que possui câmbio fixo entre 1995 e 2004 - possui bandas de variação cambial após 2005, sendo relativamente estável.

Com a crise, há uma intensa desvalorização do Real em 2008, prontamente combatida pelo Banco Central do Brasil com uma série de medidas visando assegurar o suprimento de liquidez em dólar⁵. O Real se mantém com taxas valorizadas em grande parte do período estudado, com desvalorização e maiores flutuações a partir de julho de 2011.

No caso do Yuan, a gradual apreciação entre 2005 e 2014 – apesar da relativa estabilidade no período mais crítico da crise - teria sido muitas vezes resultado de pressão política dos Estados Unidos e outras grandes economias, que argumentavam que o câmbio chinês seria artificialmente desvalorizado para estimular as exportações (McKinnon & Schnabl, 2012).

⁵ Para detalhes, consultar Mesquita et al. (2010).

Figura 10 - Evolução das Taxas de Câmbio Nominais - Real e Renminbi vs. Dólar Americano - 2003 a 2014 - Média mensal



Fonte: FMI; elaboração do autor.

Nota-se, assim, que é natural que haja uma intensificação nas trocas entre os dois países, dado que no período há uma considerável expansão comercial em ambos, assim como no comércio mundial. Contudo, existe uma aproximação política e econômica bastante relevante entre Brasil e China neste período, como será discutido no item 3 desta seção.

Pauta de comércio

Podemos ver nas Tabelas 2 e 3 os principais produtos exportados de Brasil e China para o mundo, por participação no total comercializado, nos anos de 2003 e 2007.

Tabela 2 - Principais produtos exportados – Brasil – % do total no ano – 2003 e 2007

Brasil			
2003	% Total	2007	% Total
Veículos automóveis, etc.	8,2%	Veículos automóveis, etc.	8,3%
Partes mecânicas, maquinaria	7,7%	Combustíveis minerais	8,3%
Ferro e aço	6,4%	Minérios, cinzas	7,5%
Sementes e frutos oleaginosos	5,9%	Partes mecânicas, maquinaria	7,2%
Combustíveis minerais	5,2%	Carnes	6,0%
Minérios, cinzas	5,0%	Ferro e aço	5,9%
Carnes	4,9%	Sementes e frutos oleaginosos	4,2%
Equipamentos elétricos e partes	4,3%	Equipamentos elétricos e partes	3,9%
Resíduos alimentares, rações	3,7%	Açúcares	3,3%
Açúcares	3,1%	Aeronaves e partes	3,1%

Fonte: Comtrade; elaboração própria.

No caso brasileiro (Tabela 2), o que se percebe de imediato é a ascensão de produtos primários como combustíveis minerais, minérios e carnes em detrimento das exportações de partes mecânicas e maquinaria, ainda que estes produtos representem uma parcela significativa das exportações brasileiras.

Em geral, há certo equilíbrio na participação dos dez produtos mais exportados sobre o total, visto que nenhum dos bens atinge acima de 9% do total tanto em 2003 quanto em 2007. Certamente o boom de commodities e seus preços auxiliam neste aumento da participação de produtos primários no total de exportações.

No caso chinês (Tabela 3), é possível ver a evolução das exportações de equipamentos elétricos, máquinas e suas partes, com um aumento de sua participação no total, chegando a quase 25%. Artigos de vestuário e brinquedos e jogos ainda representam uma parte significativa das exportações chinesas, mas cedem espaço para instrumentos de controle/precisão, artigos de ferro e aço e veículos, sinal claro de amadurecimento da indústria exportadora chinesa no período.

Tabela 3 - Principais produtos exportados – China – % do total no ano – 2003 e 2007

China			
2003	% Total	2007	% Total
Equipamentos elétricos e partes	20,3%	Equipamentos elétricos e partes	24,6%
Partes mecânicas, maquinaria	19,0%	Partes mecânicas, maquinaria	18,7%
Vestuário, exceto de malha	5,7%	Vestuário, exceto de malha	5,0%
Vestuário de malha	4,7%	Vestuário de malha	3,9%
Brinquedos, jogos e partes	3,0%	Ferro e aço	3,3%
Calçados, etc.	2,9%	Instrumentos de controle/precisão, etc.	3,0%
Móveis, construções, anúncios	2,9%	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3,0%
Combustíveis minerais	2,5%	Móveis, construções, anúncios	2,9%
Instrumentos de controle/precisão, etc.	2,4%	Veículos automóveis	2,6%
Plásticos e suas obras	2,3%	Brinquedos, jogos e partes	2,2%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Nas Tabelas 4 e 5 temos os principais produtos importados por Brasil e China no mesmo período. No caso brasileiro, não houve mudança significativa entre 2003 e 2007. Combustíveis minerais, maquinaria e equipamentos elétricos continuam liderando o ranking de participação no total das exportações, somando quase metade do valor de importações brasileiras em 2007.

Tabela 4 - Principais produtos importados – Brasil – % do total no ano – 2003 e 2007

Brasil			
2003	% Total	2007	% Total
Partes mecânicas, maquinaria	16,1%	Combustíveis minerais	18,5%
Combustíveis minerais	15,4%	Partes mecânicas, maquinaria	15,4%
Equipamentos elétricos e partes	14,0%	Equipamentos elétricos e partes	12,2%
Produtos químicos orgânicos	6,4%	Veículos automóveis, etc.	6,8%
Veículos automóveis, etc.	5,2%	Produtos químicos orgânicos	5,3%
Plásticos e suas obras	3,8%	Instrumentos de controle/precisão, etc.	3,8%
Instrumentos de controle/precisão, etc.	3,7%	Fertilizantes	3,7%
Fertilizantes	3,5%	Plásticos e suas obras	3,5%
Produtos farmacêuticos	3,1%	Produtos farmacêuticos	2,9%
Cereais	2,9%	Borracha e suas obras	1,9%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Analisando o caso da China, é possível afirmar também que não ocorrem mudanças significativas na pauta de importações no período. Há um crescimento significativo na participação das importações de combustíveis minerais e minérios no total de importações, e a pauta se mantém característica de um país em pleno processo de industrialização.

Tabela 5 - Principais produtos importados – China – % do total no ano – 2003 e 2007

China			
2003	% Total	2007	% Total
Equipamentos elétricos e partes	25,2%	Equipamentos elétricos e partes	26,9%
Partes mecânicas, maquinaria	17,3%	Partes mecânicas, maquinaria	13,0%
Combustíveis minerais	7,1%	Combustíveis minerais	11,0%
Instrumentos de controle/precisão, etc.	6,1%	Instrumentos de controle/precisão, etc.	7,3%
Ferro e aço	5,4%	Minérios	5,6%
Plásticos e suas obras	5,1%	Plásticos e suas obras	4,7%
Produtos químicos orgânicos	3,9%	Produtos químicos orgânicos	4,0%
Veículos automóveis	2,8%	Cobre e suas obras	2,8%
Minérios	1,7%	Ferro e aço	2,4%
Cobre e suas obras	1,7%	Veículos automóveis	2,3%

Fonte: Comtrade; elaboração própria.

Assim, no período analisado constata-se a evolução das exportações chinesas em direção a bens de maior valor agregado, com o inverso ocorrendo no Brasil, mas sem mudanças dramáticas na pauta exportadora. Nas importações, os equipamentos elétricos e mecânicos mantêm sua importância nos dois países. Cabe agora analisar a pauta de comércio bilateral entre Brasil e China no período proposto.

Pode-se agora analisar as exportações de bens de Brasil e China com base nos níveis tecnológicos agregados nos produtos, seguindo a classificação do Comtrade (2016b) e Lall (2000)⁶, com pequenas modificações no nível de agregação⁷.

Sob esta classificação, temos na categoria de produtos primários: frutas, grãos, carnes, minérios brutos, petróleo cru, etc. Na categoria dos bens semimanufaturados, as preparações destes produtos primários, como bebidas, produtos do petróleo, borracha, vidro, minérios concentrados, etc. Aqui estão contidos produtos intensivos em recursos naturais. Na categoria de bens de baixo conteúdo tecnológico temos tecidos, couros, móveis, sapatos, brinquedos, etc. Aqui estão contidos produtos intensivos em força de trabalho e que exigem baixa capacidade tecnológica para sua produção. Na categoria de médio conteúdo tecnológico temos veículos, fibras sintéticas, plásticos, motores, maquinaria industrial, etc. Em geral, produtos de processamento, engenharia, armamentos e veículos, que exigem um certo avanço tecnológico para sua produção em larga escala. Entre os bens com alto conteúdo tecnológico temos farmacêuticos, tecnologia aeroespacial, maquinaria de medidas óticas, equipamentos de telecomunicação e processamento de dados, etc. Na categoria sem classificação estão os bens que não se encaixam em nenhuma outra, casos como energia elétrica, filmes, obras de arte, etc.

Na Tabela 6 temos as exportações e importações brasileiras de bens em 2003 e 2006, representadas por nível de conteúdo tecnológico agregado como porcentagem do total. No caso das exportações nota-se que não ocorrem grandes mudanças na participação de cada faixa no total. Há um aumento da participação no total dos produtos semimanufaturados e produtos na faixa média de conteúdo tecnológico. Há também um leve aumento na participação de bens de alto conteúdo tecnológico no total, e um queda um pouco mais acentuada para os produtos de baixo conteúdo tecnológico e produtos primários. O que se apreende é uma relativa estabilidade na pauta exportadora, com um pequeno avanço na participação de bens com maior grau de

⁶ Esta classificação é facilmente aplicável a dados obtidos sob a classificação Standard International Trade Classification (SITC) Rev. 3, também do Comtrade.

⁷ Sob a classificação de Lall (2000), existem onze agrupamentos por categoria tecnológica. Para facilitar o entendimento e visualização do conteúdo, neste trabalho foram agrupados em seis categorias: produtos primários – corresponde a categoria LDC01 (*Primary products*) de Lall; produtos semimanufaturados – corresponde as categorias LDC02 (*Resource-based manufactures: agro-based*) e LDC03 (*Resource-based manufactures: other*); produtos de baixo conteúdo tecnológico – categorias LDC04 (*Low technology manufactures: textile, garment and footwear*) e LDC05 (*Low technology manufactures: other products*); produtos de médio conteúdo tecnológico – categorias LDC06 (*Medium technology manufactures: automotive*), LDC07 (*Medium technology manufactures: process*) e LDC08 (*Medium technology manufactures: engineering*); produtos de alto conteúdo tecnológico: categoria LDC10 (*High technology manufactures: other*); produtos sem classificação – LDC99 (*Unclassified products*).

conteúdo tecnológico agregado, mas ainda uma grande participação de produtos primários e semimanufaturados.

Tabela 6 - Exportação e Importação de bens por nível de conteúdo tecnológico – Brasil – 2003 e 2006 – Porcentagem do total

<i>Bens por Conteúdo Tecnológico</i>	<i>Brasil</i>		<i>Exportações</i>		<i>Importações</i>	
	<i>2003</i>	<i>2006</i>	<i>2003</i>	<i>2006</i>	<i>2003</i>	<i>2006</i>
<i>Primários</i>	27,1%	25,7%	19,3%	20,1%	19,3%	20,1%
<i>Semimanufaturados</i>	27,4%	28,6%	17,4%	17,5%	17,4%	17,5%
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	11,5%	9,5%	6,0%	7,1%	6,0%	7,1%
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	24,4%	26,1%	35,0%	33,1%	35,0%	33,1%
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	7,5%	7,7%	22,2%	21,9%	22,2%	21,9%
<i>Sem classificação</i>	2,2%	2,4%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

No caso das importações, vemos uma leve queda na participação de bens de alta intensidade tecnológica - que passa de 22,2% do total em 2003 para 21,9% em 2006 -, acompanhada da queda na participação de bens de médio conteúdo tecnológico no total das importações. Assim como no caso das exportações, a pauta em termos de participação de bens por conteúdo tecnológico é relativamente estável no período, mesmo com o grande crescimento das importações.

No caso da China, temos na Tabela 7 a participação de cada faixa de bens agrupados por nível de conteúdo tecnológico no total das exportações e importações do país em 2003 e 2006. No caso das exportações, o que se nota é uma rápida evolução na participação de bens de médio e alto conteúdo tecnológico em detrimento de bens de baixo e baixíssimo nível de tecnologia incorporada. Considerando o espetacular crescimento das exportações chinesas no período - mais de 120% -, um aumento de mais de 3% na participação de bens de alto grau tecnológico é bastante significativo.

Tabela 7 - Exportação e Importação de bens por nível de conteúdo tecnológico – China – 2003 e 2006 – Porcentagem do total

<i>Bens por Conteúdo Tecnológico</i>	<i>China</i>		<i>Exportações</i>		<i>Importações</i>	
	<i>2003</i>	<i>2006</i>	<i>2003</i>	<i>2006</i>	<i>2003</i>	<i>2006</i>
<i>Primários</i>	5,5%	4,2%	11,9%	15,7%	11,9%	15,7%
<i>Semimanufaturados</i>	8,1%	8,0%	12,6%	14,6%	12,6%	14,6%
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	35,1%	31,5%	11,0%	7,1%	11,0%	7,1%
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	20,5%	22,1%	30,1%	25,6%	30,1%	25,6%
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	30,3%	33,7%	34,0%	36,6%	34,0%	36,6%
<i>Sem classificação</i>	0,6%	0,5%	0,5%	0,4%	0,5%	0,4%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Analisando agora a pauta de comércio bilateral, temos na Tabela 8 os principais produtos brasileiros exportados para a China em 2003 e 2007. O que se nota de imediato é a predominância de produtos primários ou intensivos em recursos naturais, tanto em 2003, quanto 2007, em especial minérios e sementes oleaginosas - sendo o grande destaque a soja – que representavam juntos quase 50% de todas as exportações brasileiras para a China em 2003 e mais de 60% em 2007.

É possível notar que produtos manufaturados e semimanufaturados perderam espaço entre 2003 e 2007. Com exceção dos combustíveis minerais, que passaram a representar uma parcela significativa das exportações brasileiras para a China em 2007, outros bens intermediários e manufaturados perderam representatividade no total, ainda que em valor as exportações tenham sido maiores que em 2003. Ferro e aço, partes mecânicas, equipamentos elétricos, etc. foram perdendo participação no total das exportações.

Tabela 8 - Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2003 e 2007 - % do total

2003			2007	
Posição	Produto	% do total de exportações	Produto	% do total de exportações
1º	Sementes e frutos oleaginosos	28,9%	Minérios	35,4%
2º	Minérios	17,1%	Sementes e frutos oleaginosos	26,3%
3º	Ferro e aço	16,6%	Combustíveis minerais, óleos e destilados	7,8%
4º	Gorduras e óleos animais ou vegetais	5,9%	Peles e couros	4,5%
5º	Papel, celulose, etc.	5,8%	Papel, celulose, etc.	3,9%
6º	Partes mecânicas, maquinaria	4,5%	Ferro e aço	3,1%
7º	Veículos e peças	4,0%	Gorduras e óleos animais ou vegetais	3,0%
8º	Madeira e carvão	2,7%	Tabaco e seus substitutos manufaturados	2,5%
9º	Peles e couros	2,6%	Partes mecânicas, maquinaria	2,2%
10º	Equipamentos elétricos e partes	1,4%	Cobre e artigos de cobre	2,1%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor;

No caso das importações (Tabela 9), a situação é bastante diferente. Entre os principais produtos importados pelo Brasil provenientes da China, a grande maioria é de manufaturados e semimanufaturados, tendência que se mantém em 2007.

Há, inclusive, um aumento na participação de bens de maior intensidade tecnológica no período. Equipamentos elétricos passam de quase 33% do total em 2003 para 33,8% em 2007. Partes mecânicas e maquinaria tem um acréscimo de quase 9% na participação no mesmo período, enquanto instrumentos de precisão, que não figuravam entre os dez produtos com maior valor comercializado da China em 2003, figura em terceiro lugar em 2007, com uma participação de 5,5% do total.

Tabela 9 - Principais produtos brasileiros importados da China em 2003 e 2007 - % do total.

Posição	2003		2007	
	Produto	% do total de importações de origem chinesa no ano	Produto	% do total de importações de origem chinesa no ano
1º	Equipamentos elétricos e partes	33,0%	Equipamentos elétricos e partes	33,7%
2º	Combustíveis minerais, óleos e destilados	14,3%	Partes mecânicas, maquinaria	19,1%
3º	Químicos orgânicos	10,1%	Instrumentos de precisão, mensuração, etc.	5,5%
4º	Partes mecânicas, maquinaria	10,0%	Químicos orgânicos	4,9%
5º	Instrumentos de precisão, mensuração, etc.	6,2%	Artigos de ferro e aço	2,6%
6º	Filamentos sintéticos	3,9%	Ferro e aço	2,6%
7º	Químicos inorgânicos	2,2%	Fertilizantes	2,5%
8º	Calçados, etc.	1,5%	Brinquedos, jogos, etc.	2,0%
9º	Brinquedos, jogos, etc.	1,5%	Combustíveis minerais, óleos e destilados	1,9%
10º	Artigos de couro, etc.	1,2%	Veículos e peças	1,9%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Thorstensen (2013, pp. 3-5) analisa o comércio bilateral no período de 2003 a 2009 e constata a vulnerabilidade das exportações brasileiras para a China - em grande parte de produtos primários -, visto que a pauta de exportações brasileiras para a China estaria sujeita a variação nos preços internacionais de *commodities* enquanto as importações brasileiras provenientes da China apresentam uma pauta mais diversificada, com grande maioria de produtos manufaturados. Esta constatação se aplica também ao período de 2003 a 2007, visto que os principais produtos exportados do Brasil para a China são primários e/ou resultado direto

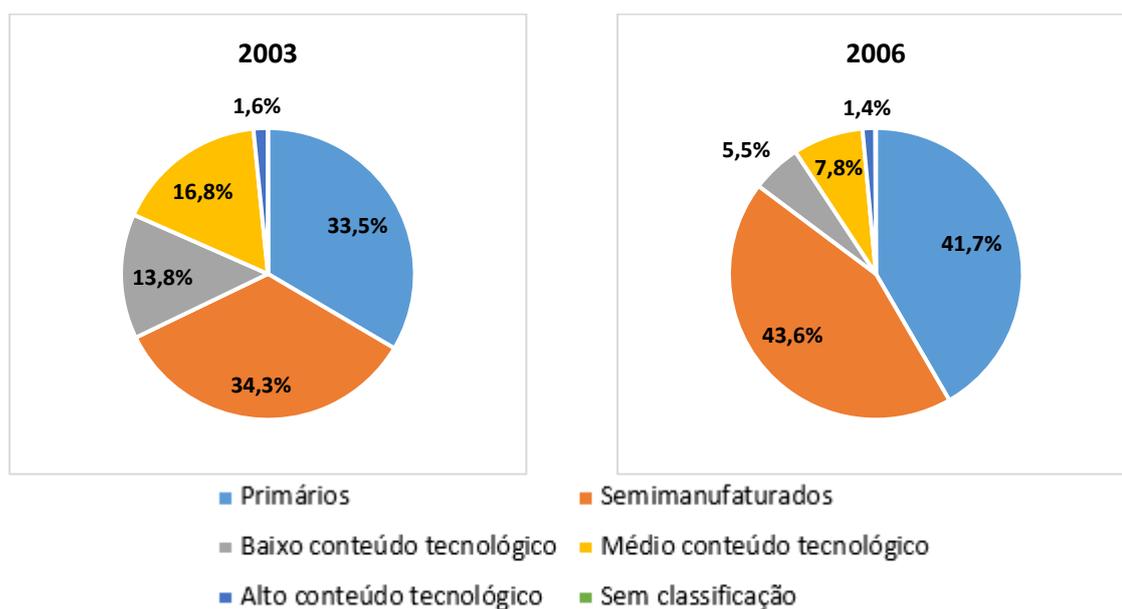
da exploração de recursos naturais, enquanto as importações brasileiras da China são mais intensivas tecnologicamente.

Na Figura 11 temos as exportações brasileiras para a China em 2003 e 2006 representadas por nível de conteúdo tecnológico agregado como porcentagem do total. O que se nota primeiramente é a grande elevação da participação de produtos semimanufaturados - de baixíssimo conteúdo tecnológico – no total, passando de 34,3% em 2003 para 43,6% em 2006. Este nível de agregação contempla produtos como gorduras e óleos, produtos do petróleo, etc.

Há também um notável crescimento na participação dos produtos primários no total das exportações brasileiras para a China. Somadas estas duas faixas temos mais de 80% do total de exportações brasileiras para a China em 2006. Neste ano, somente 1,4% do total de exportações advém de bens com alto conteúdo tecnológico agregado, uma pequena queda em relação aos 1,6% de 2003.

É evidente, portanto, que neste período de intensa aproximação comercial, as exportações brasileiras para a China evoluíram em direção de produtos com baixíssimo conteúdo tecnológico agregado, ao contrário do que esperava o governo brasileiro nos primeiros anos do primeiro mandato de Lula, como veremos na próxima seção.

Figura 11 - Exportações brasileiras de bens para a China - participação por nível de conteúdo tecnológico – 2003 e 2006



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

No caso do agregado das exportações (Tabela 10), nota-se a grande evolução dos produtos primários e semimanufaturados. No caso dos primários, este crescimento entre 2003

e 2006 foi liderado pelo aumento do valor exportado de petróleo cru, passando de US\$ 22,2 milhões em 2003 para impressionantes US\$ 835,8 milhões em 2006. Os grãos – em especial a soja – também puxaram este crescimento: de um valor de US\$ 1,3 bilhões em 2003, estes produtos atingiram os US\$ 2,4 bilhões em 2006, um crescimento de 85%. No caso dos bens semimanufaturados, o minério de ferro concentrado liderou o crescimento do grupo: passou US\$ 764 milhões em 2003 para US\$ 2,6 bilhões em 2006, um aumento de 244%.

O valor das exportações de bens de baixo e médio conteúdo tecnológico praticamente anda de lado no período, agindo de forma inconstante e perdendo participação frente ao crescimento elevado dos produtos primários e semimanufaturados. As exportações de bens de alto conteúdo tecnológico agregado passam por um crescimento elevado no período – 65,7% - apesar de ainda ser muito menor que dos outros grupos e perder participação no total. Este crescimento foi liderado pelo aumento do agregado das exportações de equipamentos de telecomunicações e partes e maquinaria de geração de energia elétrica.

Tabela 10 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2003 a 2006 - US\$ Milhões Correntes

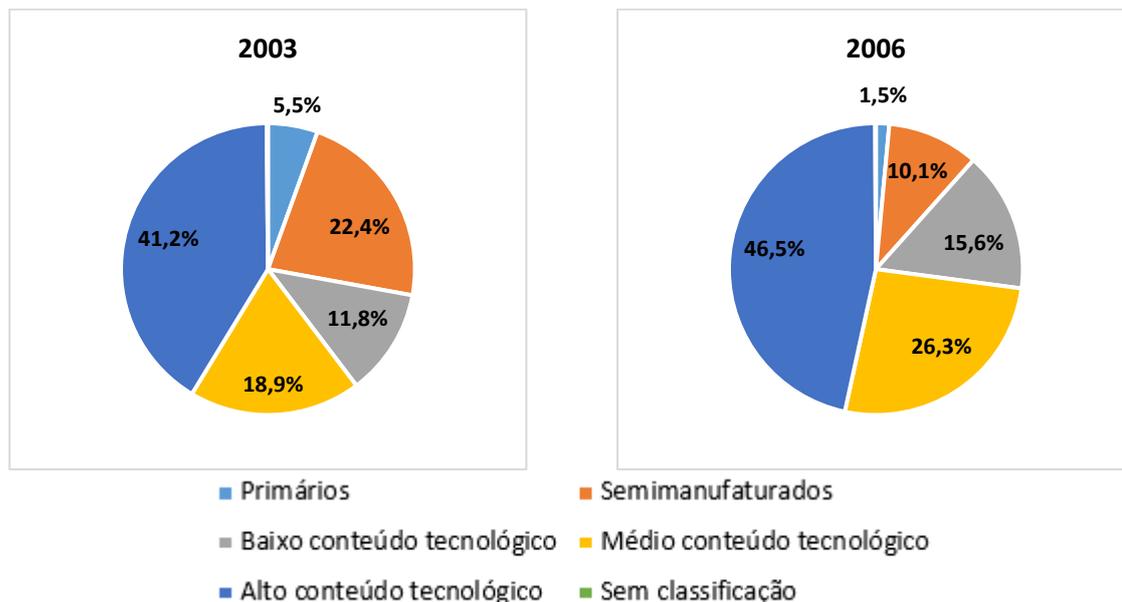
	2003	2004	2005	2006
<i>Primários</i>	1.520	2.069	2.810	3.501
<i>Semimanufaturados</i>	1.554	2.256	2.681	3.665
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	628	440	663	461
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	760	579	582	652
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	71	95	94	118
<i>Sem classificação</i>	1	3	4	5
<i>Total</i>	4.533	5.442	6.835	8.402

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

No caso das importações – Figura 12 –, nota-se que houve aumento da participação de bens de alto conteúdo tecnológico no total entre 2003 e 2006 – passando de 41,2% para 46,5% - e da participação das importações de bens de baixo e médio nível de conteúdo tecnológico agregado, um movimento que poderia sustentar o argumento no qual o aumento nas importações de insumos industriais e bens de capital seriam necessários e destinados à industrialização, mas que também é conveniente para o argumento de que há desindustrialização brasileira e que a competição com produtos chineses – em geral mais baratos -, acaba por aumentar a demanda pela importação de bens deste nível de conteúdo tecnológico provenientes deste país.

As substanciais quedas na participação de produtos primários e semimanufaturados nas importações brasileiras vindas da China explicitam a estratégia chinesa de aumento na participação de produtos com maior intensidade tecnológica.

Figura 12 - Importações brasileiras de bens provenientes da China - participação por nível de conteúdo tecnológico – 2003 e 2006



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Em termos de valor (Tabela 11), verifica-se o grande crescimento na importação de bens de alto e médio conteúdo tecnológico agregado entre 2003 e 2006, na ordem de 320% e 416%, respectivamente, o que lhes rendeu um aumento na participação no total. Os bens que lideraram o crescimento para o grupo de médio conteúdo tecnológico foram equipamentos de gravação sonora, equipamentos elétricos e circuitos, tecidos e aparelhos eletrodomésticos, entre outros – bens que, em grande parte, podem ser produzidos nacionalmente. No caso dos bens de alto conteúdo tecnológico agregado, equipamentos de telecomunicações, transistores e válvulas, equipamentos de processamento de dados, instrumentos ópticos, etc.

Houve também um crescimento elevado nas importações de bens de baixo conteúdo tecnológico – 389% entre 2003 e 2006 -, liderado pelo segmento de brinquedos, calçados, bolsas e mochilas, roupas, artigos de plástico, entre outros. A competição da indústria chinesa se torna ferrenha nestes anos, oferecendo produtos baratos e inundando o mercado brasileiro através de importações.

Por fim, ainda que não seja possível observar uma evolução muito relevante na pauta de comércio entre os dois países, é possível descrever o panorama geral desta pauta neste período, no qual o Brasil é um grande fornecedor de produtos primários para a China e grande

importador de produtos manufaturados – de alta, média e baixa tecnologia agregada. Nos capítulos 2 e 3 serão realizadas análises sobre eventuais mudanças na pauta de comércio entre os dois países no período subsequente à crise.

Tabela 11- Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2003 a 2006 - US\$ Milhões correntes

	2003	2004	2005	2006
<i>Primários</i>	118	56	91	117
<i>Semimanufaturados</i>	481	735	703	806
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	254	453	719	1.243
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	407	839	1.280	2.100
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	885	1.625	2.556	3.717
<i>Sem classificação</i>	3	3	4	6
<i>Total</i>	2.148	3.710	5.355	7.989

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

1.2.3 A parceria estratégica no período e intensificação da aproximação

O período do imediato pré-crise foi marcado pela exacerbação do esforço de aproximação política e econômica de ambos os países.

Após a aproximação moderada no início dos anos 1990, as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China se mantiveram em segundo plano nas prioridades dos dois países, visto que o então presidente do Brasil – Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – teria adotado uma política externa mais conservadora, além da crise financeira que atinge o sudeste asiático no final desta década (Biato Junior, 2010, pp. 144-145).

Saraiva (2007) argumenta que a aproximação entre os dois países (assim como a aproximação do Brasil com Índia, Rússia e África do Sul) – desde 1993 - estaria incluída no esforço brasileiro de buscar parcerias estratégicas com países semelhantes ao Brasil: potências médias de grande porte (em termos de território, população, importância regional e econômica). Segundo a autora:

“(…) o Brasil buscou a assinatura de acordos comerciais do bloco com países considerados do Sul em termos individuais ou em grupo. Por outro lado, o Brasil buscou aproximar-se desses países em termos individuais tanto na arena internacional (com destaque para as negociações da Organização Mundial do Comércio) quanto com vistas a estabelecer com estes a chamada ‘parceira estratégica’ ” (Saraiva, 2007, p. 53).

No caso do Brasil, a partir do início do governo Lula (2003-2010), inicia-se uma busca por novas parcerias estratégicas no âmbito econômico. Oficialmente, o grande foco da política

brasileira estava na América do Sul e Mercosul, mas o contato com países emergentes não foi negligenciado, tendo o Brasil aumentado o comércio bilateral com países africanos e do Oriente Médio, assim como China, Rússia, Índia, África do Sul, entre outros, através de acordos técnicos, com a criação da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos, etc. (Cavalcante & Lima, 2013). Biato Junior (2010, p. 146) argumenta que a reaproximação política entre Brasil e China decorreria da “prioridade do Presidente Lula em fortalecer alianças estratégicas bilaterais com China, Rússia, Índia e África do Sul”, em uma estratégia mais ampla de aproximação com outras potências econômicas regionais e como contrapeso ao G7.

Becard (2011) discorre sobre a evolução das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China a partir dos anos 1950 até o período da crise. No início dos anos 2000, tanto Brasil quanto China estariam buscando maior destaque internacional. Segundo a autora, a China estaria buscando novos mercados e matérias-primas para seus produtos, sendo a América Latina ideal nestes quesitos. No Brasil, segundo a autora:

“(...) o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) remodelou a política externa brasileira de modo que esta pudesse colaborar para a construção de uma identidade de país continental, com ênfase na integração regional como nova forma de inserção internacional e na diversificação de parcerias com vistas à transformação do país em *global trader e player*”. (Becard, 2011, p. 37).

Na aproximação entre os dois países neste período, a dimensão comercial teria sido a mais frutífera no período. No caso da China, o principal objetivo seria o de diversificar seus parceiros comerciais, buscando novas fontes de matérias-primas e mercados para seus produtos. Os principais objetivos do Brasil seriam, segundo a autora:

“i) aumentar as exportações brasileiras por meio da abertura de novos mercados na China; ii) atrair investimentos chineses diretos e indiretos para o Brasil; iii) expandir negócios brasileiros, inclusive por meio de investimentos diretos na China; iv) trocar informações na área de ciência e tecnologia e adquirir tecnologias de ponta; v) utilizar a parceria como forma de diminuir a dependência perante parceiros tradicionais; vi) aumentar a margem relativa de manobra e poder de barganha do Brasil em fóruns multilaterais” (Becard, 2011, pp. 38-39).

Em termos de aproximação política, em 2004 o presidente Lula realiza uma visita à China em uma missão que rendeu diversos acordos de cooperação econômica e tecnológica. O principal objetivo seria o de intensificar as relações sino-brasileiras se forma a fortalecer o diálogo no âmbito da cooperação sul-sul, mas também elevar o patamar da diplomacia entre os dois países, visto que em 2003 a China já tinha se tornado o terceiro principal parceiro comercial

do Brasil. No aspecto econômico, a visita buscava alinhar novos meios para diversificar a pauta exportadora do Brasil para a China, estimulando a exportação de bens com maior valor agregado. Além disso, buscava estimular o investimento chinês no Brasil, em especial em parcerias público-privadas para modernização de portos e ferrovias, mas também associações com empresas privadas brasileiras visando a exploração de recursos naturais (Biato Junior, 2010, pp. 147-148).

Também em 2004 veio ao Brasil o presidente chinês Hu Jintao, buscando concretizar acordos que se arrastavam há meses nos campos de tecnologia espacial, comércio e investimentos diretos. As visitas dos presidentes teriam marcado o ápice da aproximação diplomática entre os dois países.

Biato Junior (2010, pp. 157-158) argumenta que já em 2005 surgem alguns desentendimentos, em especial quanto à falta de apoio chinês às reformas relativas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no qual o Brasil buscava ter um assento permanente, mas também com relação ao cenário comercial e a ameaça chinesa à indústria brasileira. Com relação a CSNU, o Brasil buscava apoio formal da China à uma cadeira permanente desde os anos 1990, e uma aliança entre os países se forma como maneira de evitar – na tese brasileira – um aumento do poder dos países centrais nas limitadas vagas do CSNU, visto que havia um forte interesse dos EUA por conceder assentos permanentes ao Japão e Alemanha nas reformas propostas entre 1994 e 1995. Em 2005, quando surge uma nova oportunidade de reformas institucionais no CSNU e aumento do número de cadeiras permanentes no conselho, a falta de apoio chinês frustrou as expectativas brasileiras.

Com relação ao comércio, com o aumento da participação de produtos manufaturados nas exportações chinesas para o Brasil a partir de 2004, segundo Biato Junior:

“Uma aliança informal de setores industriais brasileiros, sob a liderança da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), passou a argumentar que a Parceria Estratégica seria desequilibrada, pois se imporia essencialmente em detrimento dos interesses da indústria brasileira. Temerosos da concorrência chinesa e inconformados com a concessão pelo Governo brasileiro do *status* de economia de mercado à China, no final de 2004, esses setores passaram a criticar a aproximação comercial com a China” (Biato Junior, 2010, p. 167).

Como visto na seção anterior, o comércio entre Brasil e China passou por grande expansão entre 2003 e 2007, com um crescimento intenso tanto das exportações brasileiras para a China quanto das exportações chinesas para o Brasil. De fato, houve um aumento mais do que

proporcional na participação de produtos de média e alta tecnologia nas importações brasileiras provenientes da China. Havia então um sentimento de ameaça no setor industrial brasileiro, que cada vez mais tem que competir com a indústria chinesa, baseada numa estrutura de custos menor do que a brasileira. Ainda assim, o Brasil sustenta superávits comerciais com a China até 2006 e eventualmente as relações comerciais e políticas voltam a melhorar.

Nota-se, portanto, que apesar de pequenas fricções, o relacionamento diplomático e comercial entre Brasil e China se mostra positivo e benéfico para ambas as partes, ainda que a China tenha se beneficiado de poder competir no mercado brasileiro com seus produtos mais baratos, e encontrou no país uma vasta fonte de matérias-primas.

Capítulo 2 – A crise financeira mundial e seus impactos nas relações comerciais entre Brasil e China

O objetivo deste capítulo é tratar de forma concisa a crise financeira mundial de 2007/2008 e seus impactos diretos no setor externo de Brasil e China e em suas relações comerciais bilaterais. A primeira parte do capítulo fará uma breve contextualização sobre a crise que eclodiu em 2008 apresentando diferentes visões acerca de suas origens e efeitos imediatos. O objetivo desta monografia não é teorizar sobre as origens e causas da crise, portanto esta seção será concisa. Na segunda parte do capítulo, são tratados os impactos imediatos da crise no setor externo de Brasil e China, com foco essencialmente no balanço de pagamentos de cada país e, mais especificamente, no balanço comercial. A terceira parte do capítulo tem por objetivo descrever os impactos qualitativos e quantitativos da crise nas relações comerciais entre Brasil e China.

2.1 – A crise financeira de 2008: uma breve contextualização

No ano de 2007 teve início a crise no mercado americano dos créditos *subprimes*, em especial relacionados a títulos hipotecários de imóveis. Inicialmente restrita aos Estados Unidos e seus parceiros comerciais mais próximos, mas que, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, se espalhou globalmente, tornando-se uma crise multidimensional, com impactos sobre toda a economia mundial (Baldwin, 2009).

Em resumo, as origens da crise remontam à grande expansão econômica ocorrida entre 2003 e 2007, com a facilitação de crédito - em especial imobiliário -, dada a redução da taxa de juros nos Estados Unidos e as inovações financeiras verificadas (Prates & Cunha, 2009).

De acordo com Rötheli (2010), - em uma explicação notadamente mais ortodoxa - a crise já vinha sendo anunciada por alguns poucos economistas, que argumentam que uma bolha de preços imobiliários estaria se formando nos Estados Unidos a partir da própria expectativa de preços, que estaria ditando os preços dos imóveis no país. A especulação imobiliária soma-se à concessão de crédito abundante para indivíduos com baixos *ratings* de crédito. Segundo o autor, são causas parciais da crise políticas públicas de moradia – via concessão de crédito abundante e a baixo custo – e as políticas agressivas dos bancos, também na concessão de crédito, baseados nas avaliações de agências de *rating* para pacotes de ativos securitizados.

Em outra interpretação, Carvalho (2010) sugere uma visão pós-Minskyana para explicar a origem da crise financeira. Segundo o autor, as principais origens da crise de 2007-2008 estariam a própria evolução endógena do sistema financeiro americano e mundial, que estaria superestimando o merecimento de crédito e subestimando o risco do tomador, mas também teria sido crucial para o desenvolvimento de uma crise desta magnitude o novo processo de avaliação de riscos de empréstimos e ativos – a partir de agências de *rating*.

Outro ponto de origem da crise financeira estaria, segundo o autor, nos déficits de transações correntes americano - negociados no mercado financeiro – visto que o grande volume de dólares injetados na economia mundial através dos déficits americanos no período pré-crise, reinvestidos nos Estados Unidos sob a forma de ativos securitizados de alto retorno.

Vistas algumas das interpretações sobre as origens da crise financeira, podemos agora analisar seus principais efeitos. A partir da explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos, o que era inicialmente uma crise de crédito associada às hipotecas de alto risco norte-americanas gerou um efeito deflacionário em cadeia sobre as finanças globais, afetando bancos americanos e europeus. Desta forma, a crise se espalhou pela economia mundial, incluindo também os países periféricos.

A partir da quebra do banco Lehman Brothers em setembro de 2008, inicia-se um período de retração em âmbito global. O PIB mundial chega a ter um decréscimo no ano de 2009, recuperando-se lentamente nos anos seguintes, mas com uma recuperação mais rápida e expressiva nos países emergentes do que nos países (Biancarelli, 2012). Em muitos países, políticas governamentais anticíclicas foram colocadas em prática para tentar lidar com os problemas relacionados à crise, destacando-se, mudanças nas taxas de juros, tentativas de aumentar investimentos e salvar bancos privados da falência, etc. (Prates & Cunha, 2009). A

despeito disso, foram profundos os efeitos da crise sobre as transações econômicas internacionais, sejam elas comerciais ou financeiras.

Em relação ao comércio internacional, de 2008 a 2009 houve uma queda de 12,1% no total da exportação de mercadorias e de 22,5% no valor total das exportações (WTO, 2017). Este colapso ocorreu especialmente entre o terceiro trimestre de 2008 e o segundo trimestre de 2009 – a maior queda no volume de comércio desde a crise de 1929. No entanto, a corrente de comércio mais afetada pela crise foi evidentemente aquela que envolvia os países centrais.

Do ponto de vista financeiro, houve também contração dos fluxos internacionais (Lund et. al., 2013). Os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) sofreram grande queda de 2008 a 2009, em especial nos países desenvolvidos. Nos países emergentes o efeito foi menor, fazendo com que o IDE de países emergentes passasse a representar uma maior proporção do IDE mundial a partir de 2010 - seja como origem, seja como destino desses investimentos (Naidin et. al., 2011). Ainda assim, foram severos os efeitos da crise financeira também nos países emergentes, mesmo que a recuperação nestes países tenha ocorrido de forma mais rápida em muitos casos.

Dooley e Hutchison (2009) argumentam que economias emergentes teriam vivenciado, pelo menos no período inicial da crise – final de 2007 e início de 2008 -, um “descolamento” (*decoupling*) em relação ao ciclo de negócios dos Estados Unidos. Assim, os efeitos da crise teriam demorado mais a chegar nestes países, ainda que os autores afirmem que teria ocorrido um *recoupling* a partir do segundo semestre de 2008. Segundo os autores, os mercados emergentes estariam relativamente isolados dos efeitos iniciais da crise nos mercados financeiros americanos entre 2007 e primeiro semestre de 2008, mas que teriam sofrido pelos diversos canais de transmissão da crise a partir do segundo semestre de 2008, quando adotam políticas severas de resposta à crise.

Wälti (2009) sugere que a hipótese do *decoupling* das economias emergentes seria um mito, visto que os ciclos de negócios destes países estariam bastante sincronizados com os das economias centrais, notadamente os Estados Unidos. Bekiros (2013), utilizando modelos estatísticos para analisar os mecanismos de transmissão da crise, afirma que não se observa *decoupling* – no caso dos BRICS – durante o período da crise e no imediato pós-crise.

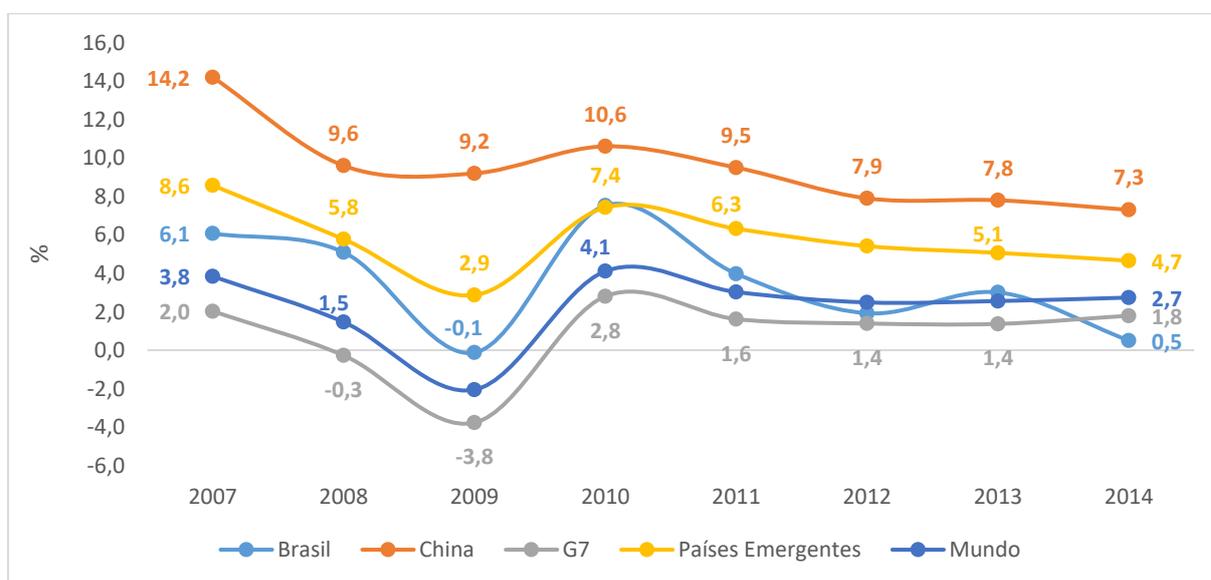
Como veremos a seguir, de fato os efeitos da crise financeira foram relativamente mais brandos nos países emergentes, casos de Brasil e China, mas não deixam de ser perversos e relevantes.

2.2 – Os impactos imediatos da crise no setor externo de Brasil e China

Contextualizada a crise e seus efeitos sobre a economia global, cabe agora caracterizar os impactos imediatos sobre o setor externo de Brasil e China. Primeiramente, na Figura 13 temos a variação percentual do PIB a preços constantes entre 2007 e 2014 de Brasil, China, média do G7, média dos países emergentes (de acordo com a concepção do FMI⁸, no qual estão inclusos Brasil e China) e média mundial.

O que se nota inicialmente é a queda generalizada na taxa de crescimento do PIB para todos os grupos analisados a partir de 2008, sendo o vale deste período em 2009. A taxa de crescimento chinês despica de 14,2% em 2007 para 9,2% em 2009. Ainda assim, a taxa de crescimento do PIB chinês é extremamente elevada em comparação às demais. O crescimento do PIB brasileiro passa de 6,1% em 2007 para uma queda real de -0,1% em 2009. Os países do G7 foram, evidentemente, os que mais sofreram com os impactos imediatos da crise, com uma recessão média de quase -4% em 2009.

Figura 13 – Taxa de crescimento percentual anual do PIB a preços constantes – Grupos selecionados



Fonte: FMI; elaboração do autor.

É possível notar que a recuperação se inicia a partir de 2010, mas não ganha fôlego, visto que a tendência a partir de 2011 é de queda ou estagnação no crescimento do PIB em todos os grupos analisados. Ou seja, ainda que a China mantenha uma alta taxa de crescimento, é notável a tendência de queda após o ápice da crise.

⁸ Para detalhes sobre os países contidos em cada agregação, consultar FMI (2016).

Em relação ao setor externo, temos a taxa de crescimento das importações de bens e serviços de Brasil e China na Tabela 12. Nota-se a grande queda na taxa nos dois países entre 2007 e 2009 e a partir de 2011. O crescimento das importações chinesas, que vinha na ordem de 21% ao ano em 2007, passa para uma queda de 10% em 2009.

No caso brasileiro, houve contração elevada das importações em 2009, e a recuperação ocorre, assim como o PIB, a partir de 2010. Mesmo assim, as taxas de crescimento das importações voltam a cair a partir de 2011, oscilando desde então.

O caso das exportações de bens e serviços, também na Tabela 12, é bastante similar. A queda na taxa de crescimento se inicia a partir de 2008 – havendo queda nas exportações de ambos os países -, com grande contração em 2009.

Tabela 12 - Taxa de crescimento anual de exportações e importações de bens e serviços (em valores) - Brasil e China - 2007 a 2014

	<i>Exportações</i>		<i>Importações</i>	
	Brasil	China	Brasil	China
2007	18,1%	26,8%	32,0%	21,2%
2008	23,7%	19,0%	39,6%	20,8%
2009	-20,9%	-16,4%	-20,7%	-10,2%
2010	28,4%	28,3%	39,5%	34,1%
2011	26,1%	25,2%	24,0%	32,3%
2012	-3,9%	8,3%	0,6%	6,4%
2013	-0,6%	8,3%	7,1%	9,1%
2014	-5,6%	7,2%	-2,1%	6,7%

Fonte: FMI; elaboração do autor.

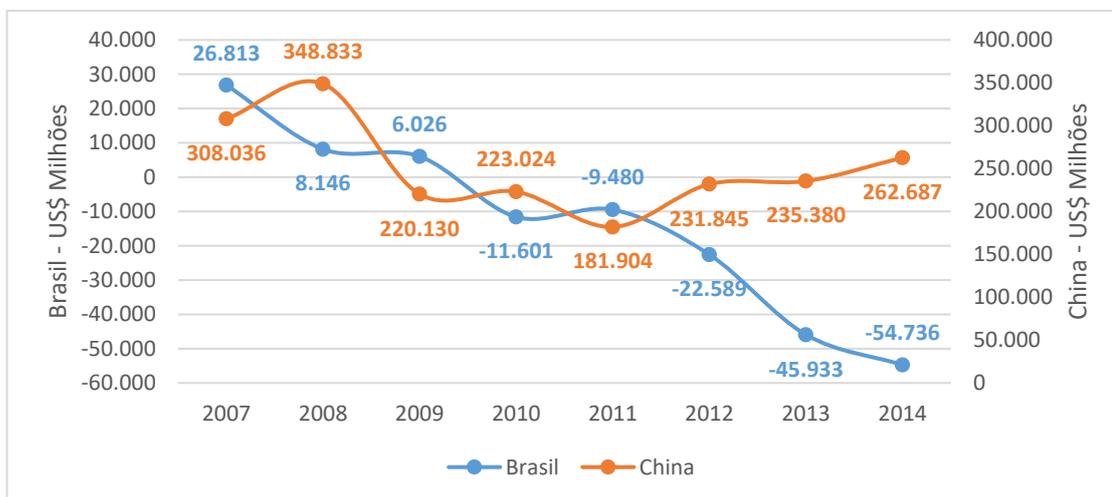
Na Figura 14 temos o saldo da balança comercial de bens e serviços para os dois países no período. É possível notar que em ambos os casos houve grande queda com o advento da crise.

No Brasil (eixo esquerdo), a queda – de quase 70% - se inicia já em 2008 - fruto da queda nas exportações e taxa de crescimento positiva das importações, como verificado na Tabela 12 – e continua caindo até tornar-se negativa em 2010. Esta reversão no saldo se deve especialmente ao grande déficit de serviços que se inicia neste ano e que aumenta gradualmente nos próximos. O saldo em bens – que em 2010 foi de US\$ 18,4 bilhões - se mantém positivo até 2014, ainda que declinante.

No caso da China (eixo direito), há uma queda de quase 37% entre 2008 e 2009, fruto da queda mais acentuada das exportações do que das importações, como podemos ver na Tabela 12. A balança comercial chinesa volta a crescer a partir de 2011, ainda que em um ritmo mais lento.

As explicações para esta brusca queda tanto na taxa de crescimento do comércio derivam de uma série de fatores relacionados aos efeitos-contágio da crise financeira nos países emergentes e no mundo.

Figura 14 - Saldo da balança comercial (bens e serviços), US\$ Milhões Correntes

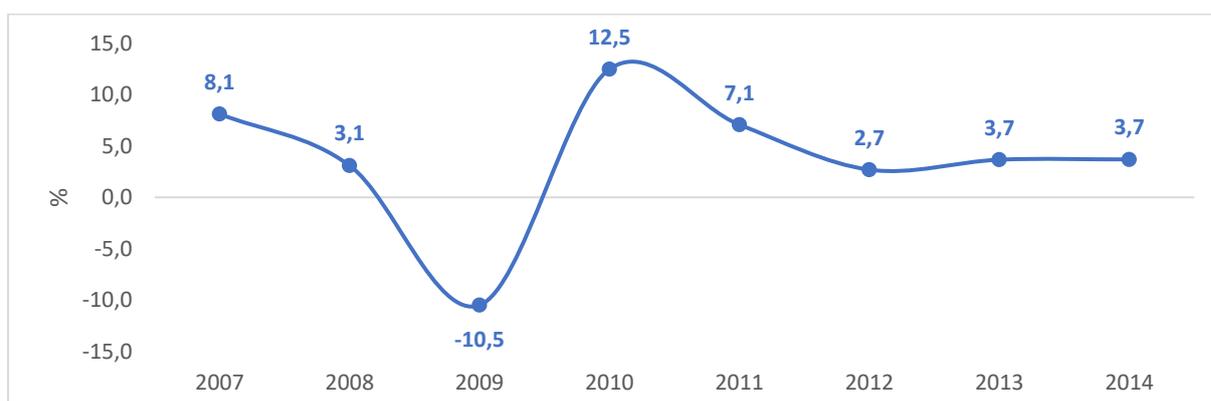


Fonte: FMI; elaboração própria.

Os principais fatores estão ligados à queda generalizada no comércio internacional (via diminuição da demanda global como fruto da crise) e nos preços de commodities a partir do segundo semestre de 2008. Outros canais de transmissão relacionados à conta financeira – como saída ou diminuição de investimentos externos, portfólio, etc. – também explicam os problemas no balanço de pagamentos (Prates & Cunha, 2009), como será visto mais à frente.

Na Figura 15 é possível ver a taxa de crescimento do volume de comércio mundial entre 2007 e 2014. É flagrante a desaceleração já em 2008, com o início da crise, e a brusca queda no volume de comércio internacional em 2009, efeito direto da demanda reprimida – em especial dos países centrais – que acaba desestimulando o comércio global.

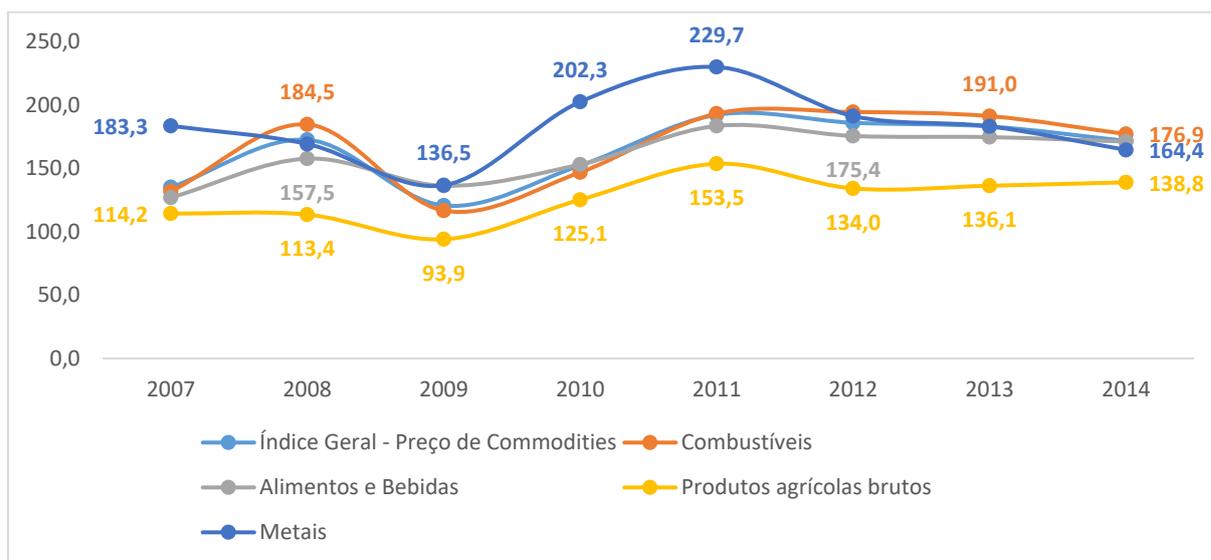
Figura 15 - Volume de comércio mundial, taxa de crescimento percentual anual



Fonte: FMI; elaboração do autor.

Somado a isso, podemos notar na Figura 16 que há uma queda generalizada nos índices de preços de commodities em 2009. Com isso, países com grande participação de produtos primários em sua pauta exportadora – caso do Brasil - acabam sofrendo o impacto também nos preços dos produtos.

Figura 16 - Índices de preços de commodities, 2005 = 100



Fonte: FMI; elaboração do autor.

Dada a explicação acima, é possível analisar agora o saldo do balanço de transações correntes e a variação das reservas dos dois países. Na Tabela 13 temos o saldo do balanço de transações correntes e as reservas internacionais de Brasil entre 2003 e 2014. O período mais longo foi escolhido para mostrar a reversão do saldo brasileiro a partir de 2008, após o país apresentar superávits crescentes até 2005. É possível notar a queda brusca no saldo de transações correntes de ambos os países a partir do início da crise. O Brasil apresenta elevado déficit de US\$ 30,6 bilhões em 2008, após o “pequeno” superávit de US\$ 408 milhões em 2007. Há uma pequena melhora em 2009, mas o déficit volta a aumentar em 2010, mantendo-se relativamente estável até novo aumento em 2014.

Dois grandes fatores explicam esta brusca queda: primeiro, o aumento do déficit em serviços somado ao crescimento proporcionalmente maior das importações de bens em relação às exportações em 2008, gerando queda no saldo da balança comercial; segundo, o aumento do déficit nas receitas primárias, liderado pelo aumento do déficit nas rendas de investimento, em especial investimento direto. Os déficits em transações correntes continuam a aumentar a

medida que o saldo da balança comercial apresenta déficits cada vez maiores, assim como as rendas de investimento.

Tabela 13 - Saldo de Transações Correntes e Reservas Internacionais - Brasil e China - 2003 a 2014 - US\$ Milhões correntes

<i>Ano</i>	<i>Saldo de Transações Correntes</i>		<i>Reservas Internacionais</i>	
	<i>Brasil</i>	<i>China</i>	<i>Brasil</i>	<i>China</i>
2003	3.760	43.052	3.586	105.711
2004	11.347	68.941	6.599	189.849
2005	13.547	132.378	27.566	250.975
2006	13.030	231.843	30.569	284.651
2007	408	353.183	87.484	460.651
2008	-30.641	420.569	2.969	479.553
2009	-26.261	243.257	47.578	400.508
2010	-75.824	237.810	49.080	471.659
2011	-77.032	136.097	58.635	387.799
2012	-74.218	215.392	18.899	96.555
2013	-74.839	148.204	-5.924	431.382
2014	-104.181	277.434	10.833	117.784

Fonte: FMI; elaboração do autor.

No caso da China, a grande queda no saldo de transações correntes – que ainda se mantém extremamente elevado se comparado ao brasileiro – ocorre essencialmente entre 2008 e 2009. A trajetória então passa por grandes oscilações, com quedas em 2010, 2011 e 2013. A grande queda em 2009 se deve à grande diminuição do saldo da balança comercial via queda das exportações proporcionalmente maior que a das importações, assim como déficit na renda primária.

No caso das reservas, o que se percebe de imediato é o grande acúmulo de reservas entre 2003 e 2007 nos dois países, permitido pelo saldo em transações correntes positivo. A partir de 2008 - no caso do Brasil – e 2009 – no caso da China -, contudo, há queda nas reservas internacionais, aparentemente momentâneas. As reservas se recuperam nos anos seguintes, mas voltam a cair após 2011.

2.3 – Os impactos da crise nas relações comerciais entre Brasil e China

Vistos os efeitos gerais da crise financeira sobre o setor externo dos dois países, é necessário agora avaliar os efeitos da crise no comércio bilateral. Dada a magnitude dos efeitos da crise sobre o setor externo destes países – em especial sobre a balança comercial – seria natural prever uma queda acentuada no comércio bilateral, o que de fato não ocorre de imediato.

Podemos analisar na Figura 17 o valor das exportações brasileiras de bens para a China e o valor das importações brasileiras de bens provenientes da China entre 2007 e 2014. O que

se percebe é que - com exceção de 2009 quando ocorre uma queda das importações brasileiras vindas da China – o comércio entre os dois países continua crescente no pós-eclosão da crise até 2014, quando as exportações do Brasil para a China caem 11,7% e as importações brasileiras se mantêm em patamar muito próximo ao de 2013.

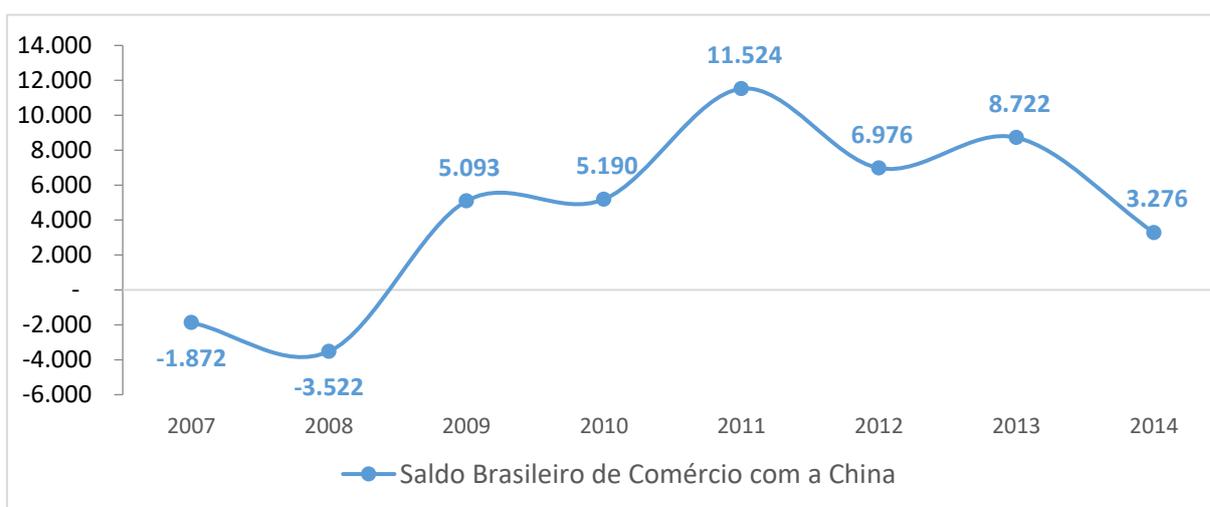
Figura 17 - Comércio bilateral entre 2007 e 2014 - Bens – Brasil e China – US\$ Milhões correntes



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

É importante também notar o crescimento do saldo brasileiro no comércio de bens com a China, como vemos na Figura 18. O saldo que vinha se estreitando desde 2003 (como visto na Figura 5) até tornar-se negativo em 2007 volta a ser positivo a partir de 2009, mas com grandes oscilações.

Figura 18 - Saldo comercial – Brasil vs. China – 2007 a 2014 – Bens - US\$ Milhões correntes



Fonte: FMI; elaboração do autor.

Ou seja, no ano em que o total das exportações brasileiras de bens caíram quase 23% e as importações chinesas 11,2% (2009), houve aumento das exportações brasileiras para a

China, da ordem de 27%, como podemos ver na Tabela 14. Com a queda generalizada do comércio internacional, é natural que as importações chinesas tenham caído naquele ano, em especial se considerarmos que os maiores parceiros comerciais da China são países do G7, que mais sofreram com os impactos imediatos da crise.

É interessante notar também que apesar da taxa média de crescimento dos fluxos de comércio entre Brasil e China entre 2008 e 2014 ser menor que no período de 2003-2007, o crescimento é bastante superior se comparado à taxa de crescimento do total das importações e exportações de ambos os países no pós-2008.

Houve um crescimento médio de 23,5% nas exportações brasileiras de bens para a China entre 2008 e 2014, contra apenas 6,7% no caso do total de exportações brasileiras e 11,8% no caso do total de importações chinesas. Para as importações brasileiras de origem chinesa, a taxa média do período foi de 20,1%, contra a média de 12,2% de crescimento do total de importações brasileiras e 10,7% do total de exportações chinesas. Assim, na média, a situação do crescimento no comércio entre os dois países parece andar relativamente bem no período posterior a crise, ainda que pior do que no período entre 2003 e 2007.

Tabela 14 - Taxa de crescimento anual do comércio de bens – Exportação e Importação – Brasil e China

Ano	Exportações			Importações		
	Brasil x China ¹	Brasil x Mundo ²	China x Mundo ³	Brasil x China ⁴	Brasil x Mundo ⁵	China x Mundo ⁶
Média 2003-2007	35,3%	21,7%	30,3%	52,5%	21,1%	26,8%
2008	53,7%	23,2%	17,3%	58,8%	43,4%	18,5%
2009	27,1%	-22,7%	-16,0%	-20,6%	-26,2%	-11,2%
2010	46,6%	32,0%	31,3%	60,9%	42,3%	38,8%
2011	43,9%	26,8%	20,3%	28,1%	24,5%	24,9%
2012	-7,0%	-5,3%	7,9%	4,5%	-1,4%	4,3%
2013	11,6%	-0,2%	7,8%	8,9%	7,4%	7,2%
2014	-11,8%	-7,0%	6,0%	0,1%	-4,5%	0,4%
Média 2008-2014	23,5%	6,7%	10,7%	20,1%	12,2%	11,8%

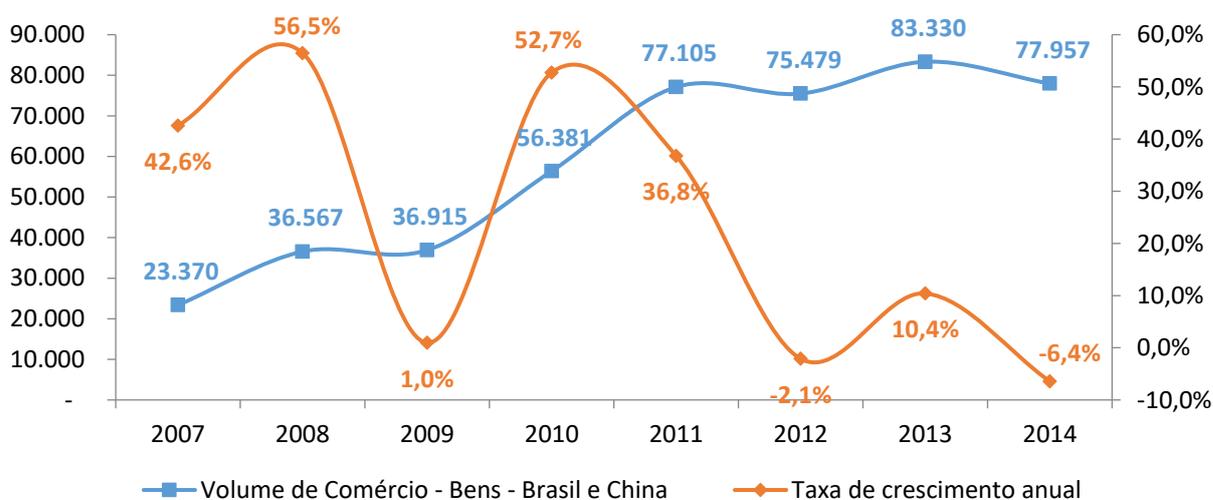
Fonte: Comtrade; Elaboração do autor. ¹ Exportações do Brasil para a China; ² Total de exportações do Brasil; ³ Total de exportações da China; ⁴ Importações brasileiras de origem chinesa; ⁵ Total de importações do Brasil; ⁶ Total de importações da China.

Vale notar que existem três períodos bastante distintos nestes sete anos: o período de eclosão da crise (2008-2009), a relativa recuperação (2010-2011) e o período posterior (2012-2014). Analisando o período da relativa recuperação, vemos altas taxas de crescimento das exportações brasileiras e chinesas e do fluxo de comércio entre os dois países. Muito inferiores

(e até mesmo negativas no caso das exportações brasileiras para a China) são as taxas do período posterior. Desta forma, não podemos confirmar quantitativamente se houve de fato maior aproximação entre os países no período após a eclosão da crise ou se o grande volume de comércio no período foi apenas temporário devido à recessão nos países centrais. Cabe então realizar análises mais qualitativas, como será feito no Capítulo 3.

É possível observar, na Figura 19, a tendência clara de diminuição na taxa de crescimento do comércio entre os dois países (eixo direito) a partir de 2011. Por outro lado, nota-se que o comércio de bens quase dobra entre 2009 e 2011, mantendo-se no mesmo patamar elevado nos anos seguintes. Assim, cabe o questionamento: teriam estes dois países atingido um “limite” em termos de volume de comércio? Após praticamente dobrar o comércio de bens em dois anos, esta relativa estagnação em termos de taxa de crescimento poderia estar refletindo uma saturação nas relações comerciais entre os dois países?

Figura 19 - Comércio de bens – Brasil e China – 2007 a 2014 – US\$ Milhões e Taxa de crescimento anual, %



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Capítulo 3 – O realinhamento estratégico entre Brasil e China: cooperação ou conflito?

O objetivo deste capítulo é analisar o possível realinhamento estratégico das relações comerciais entre Brasil e China a partir do estudo do cenário internacional pós-2008 e sua influência no fluxo de comércio entre os dois países. A primeira parte do capítulo visa analisar as mudanças qualitativas nos fluxos de comércio entre Brasil e China no período pós-eclosão da crise, com foco para as mudanças na composição das importações e exportações e nas políticas de comércio externo de cada país. A segunda parte do capítulo busca entender as novas estratégias comerciais adotadas por cada país no contexto pós-2008, com novos desafios globais. A terceira parte do capítulo tem foco nos desafios para o Brasil neste novo cenário externo.

3.1 – As mudanças no comércio Brasil-China no contexto pós-2008

Vistos os efeitos gerais da crise financeira sobre o comércio entre os dois países, cabe agora analisar as mudanças quantitativas e qualitativas que ocorrem no período posterior a eclosão da crise.

Resgatando a Figura 17, é flagrante o grande crescimento do comércio entre Brasil e China no período imediatamente posterior à eclosão da crise (2009-2011). Em termos quantitativos, as exportações de bens brasileiros para o país asiático passaram de US\$ 20,0 bilhões em 2009 para US\$ 44,3 bilhões em 2011, um crescimento de impressionantes 111%. De forma semelhante, as importações brasileiras provenientes da China passam de US\$ 15,9 bilhões em 2009 para US\$ 32,8 bilhões e em 2011, crescendo 106% no período. O que se nota após 2011 é uma diminuição no ritmo de crescimento do comércio de bens entre os dois países.

Na Tabela 14 da seção anterior pudemos analisar a taxa de crescimento anual do fluxo de comércio entre os dois países. A taxa média de crescimento das exportações brasileiras para a China entre 2012 e 2014 foi de -7,1%, com quedas em 2012 e 2014, contra a média de 39,8% entre 2009 e 2011.

É necessário, portanto, entender os principais parceiros comerciais destes países no período 2008-9 e verificar se o crescimento do comércio entre Brasil e China durante o auge da crise financeira se dá somente por conta do desaquecimento generalizado nas economias centrais, além de entender o motivo deste arrefecimento após 2011. Teria a China encontrado novos mercados para seus produtos e/ou fornecedores de matérias-primas?

Comparando os principais produtos comercializados entre Brasil e China em 2009, 2011 e 2014, temos na Tabela 15 as exportações de produtos brasileiros para a China nestes três anos. O que se nota, em especial se compararmos os bens exportados após o período de explosão da crise com o período anterior (Tabela 8), é uma predominância quase que absoluta de produtos primários e semimanufaturados, sem grandes mudanças entre 2009 e 2014. Observa-se a grande evolução da participação da exportação de sementes e frutos oleaginosos – essencialmente soja – no total, chegando a quase 41% em 2014. Em termos de valor, como veremos a seguir, houve uma evolução em boa parte dos produtos de maior conteúdo tecnológico, mas que acabam desaparecendo na visão com relação ao total de exportações, quando os produtos primários claramente dominam.

Tabela 15 - Brasil - Principais produtos exportados para a China: 2009, 2011 e 2014 - % do Total de Exportações

Brasil – Principais produtos exportados para a China					
2009	% Total	2011	% Total	2014	% Total
Minérios	35,7%	Minérios	45,5%	Sementes e frutos oleaginosos	40,9%
Sementes e frutos oleaginosos	31,4%	Sementes e frutos oleaginosos	24,7%	Minérios	31,3%
Combustíveis minerais	6,6%	Combustíveis minerais	11,0%	Combustíveis minerais	8,6%
Papel, celulose, etc.	5,4%	Papel, celulose, etc.	2,9%	Papel, celulose, etc.	4,2%
Ferro fundido, ferro e aço	5,2%	Açúcares	2,7%	Açúcares	2,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	2,1%	Gorduras e óleos animais ou vegetais	1,8%	Peles e couros	2,0%
Tabaco e substitutos manufaturados	1,8%	Ferro fundido, ferro e aço	1,5%	Ferro fundido, ferro e aço	1,3%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	1,7%	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	1,4%	Carnes	1,3%
Plásticos e suas obras	1,7%	Algodão	1,3%	Gorduras e óleos animais ou vegetais	1,0%
Cobre e artigos de cobre	1,4%	Carnes	1,0%	Tabaco e seus substitutos manufaturados	0,8%

Fonte: Comtrade; Elaboração do autor.

No caso das importações brasileiras provenientes da China (Tabela 16), não se observam grandes mudanças no período – pelo menos em questão de participação no total. Há uma queda na participação da importação de veículos sobre o total entre 2011 e 2014, assim

como brinquedos e jogos, que dão lugar a produtos com maior conteúdo tecnológico, caso dos filamentos sintéticos, que representam 2,2% do total de importações em 2014.

Tabela 16 - Brasil - Principais produtos importados da China: 2009, 2011 e 2014 - % do Total de Importações

Brasil – Principais produtos exportados para a China					
2009	% Total	2011	% Total	2014	% Total
Equipamentos elétricos e partes	33,2%	Equipamentos elétricos e partes	29,6%	Equipamentos elétricos e partes	29,2%
Partes mecânicas, maquinaria	20,2%	Partes mecânicas, maquinaria	20,8%	Partes mecânicas, maquinaria	19,1%
Químicos orgânicos	7,1%	Químicos orgânicos	4,8%	Químicos orgânicos	6,0%
Instrumentos de precisão, mensuração, óticos, etc.	4,5%	Veículos automóveis, tratores, etc, suas partes e acessórios	4,4%	Ferro fundido, ferro e aço	3,7%
Veículos automóveis, tratores, etc, suas partes e acessórios	2,5%	Ferro fundido, ferro e aço	2,9%	Plásticos e suas obras	2,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,2%	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,7%	Veículos automóveis, tratores, etc, suas partes e acessórios	2,7%
Ferro fundido, ferro e aço	2,1%	Instrumentos de precisão, mensuração, óticos, etc.	2,2%	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,6%
Plásticos e suas obras	2,0%	Plásticos e suas obras	2,2%	Vestuário	2,5%
Vestuário	1,9%	Vestuário	2,0%	Filamentos sintéticos ou artificiais	2,2%
Brinquedos e jogos	1,8%	Brinquedos e jogos	1,8%	Instrumentos de precisão, mensuração, óticos, etc.	2,1%

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

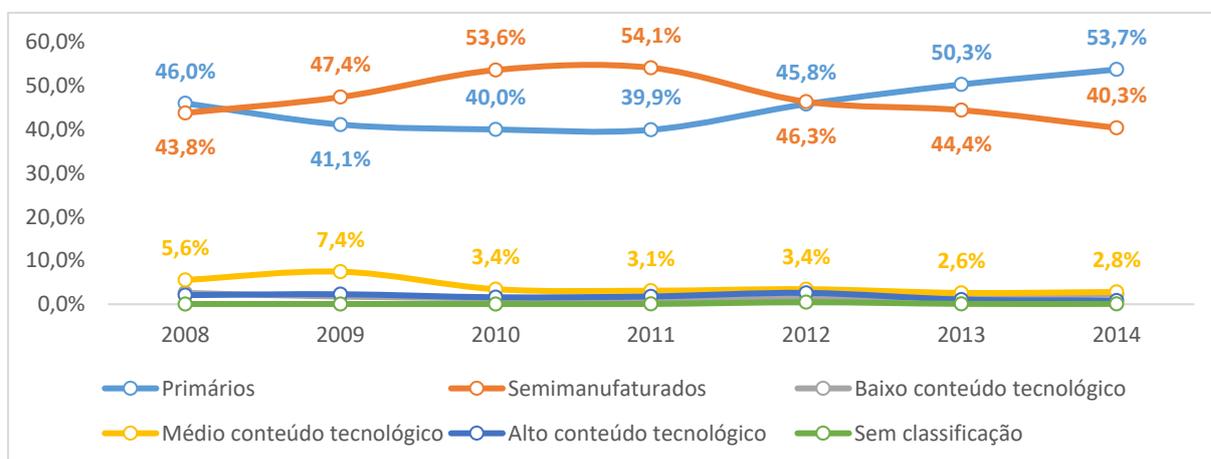
Fica evidente que a tendência pré-crise se mantém no período posterior: o Brasil continua a exportar produtos primários e de baixo conteúdo tecnológico e recebe importações de bens com maior conteúdo tecnológico agregado.

Em termos agregados, temos na Figura 20 a exportação brasileira de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado, entre 2008 e 2014. O crescimento na participação de produtos primários e semimanufaturados é uma tendência que vem desde 2003, como vimos na Figura 11.

O que ocorre após 2008 é uma queda na participação – já pequena – dos bens de conteúdo tecnológico agregado mais elevado, em especial nos bens de médio conteúdo tecnológico. Após 2011 é possível notar o grande crescimento na participação de produtos

primários. Como vimos, a ascensão da participação da exportação de soja no total exportado é, em grande medida, responsável por este crescimento.

Figura 20 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - Porcentagem do total



Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Em termos de valor, podemos observar na Tabela 17 a evolução das exportações por faixa de conteúdo tecnológico agregado de 2008 a 2014. Nota-se que apesar da participação de produtos semimanufaturados ter caído em relação à de produtos primários a partir de 2011, o valor destes produtos em 2013 é 23,9% maior que o de 2010. Em 2014 há uma queda acentuada, de quase 20%, fruto da queda nas exportações de minério de ferro concentrado, na ordem de 23%, ou mais de US\$ 3,6 bilhões. Ainda assim, o valor neste ano foi 126% maior que em 2008 e está muito acima dos níveis pré-crise.

Os bens que lideram o expressivo crescimento na exportação de produtos primários a partir de 2010 são a soja, o petróleo cru, carnes, tabaco, algodão e café, entre outros (Comtrade, 2016b).

Tabela 17 - Brasil - Exportação de bens para a China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - US\$ Milhões Correntes

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Primários</i>	7.594	8.633	12.311	17.685	18.877	23.145	21.817
<i>Semimanufaturados</i>	7.231	9.955	16.497	23.976	19.104	20.437	16.387
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	429	365	420	472	577	736	915
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	917	1.564	1.058	1.369	1.417	1.186	1.135
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	344	478	488	786	1.066	484	334
<i>Sem classificação</i>	8	9	13	27	187	37	29
<i>Total</i>	16.523	21.004	30.786	44.315	41.228	46.026	40.616

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

No caso dos bens de médio conteúdo tecnológico agregado, apesar da queda em participação no total a partir de 2011, nota-se que neste ano e em 2012 o grupo atingiu valores bastante elevados, perdendo apenas para 2009. Os produtos que lideram o crescimento nas exportações são equipamentos elétricos, máquinas agrícolas, maquinarias mecânicas, tubos e encanamentos, polímeros, etc.

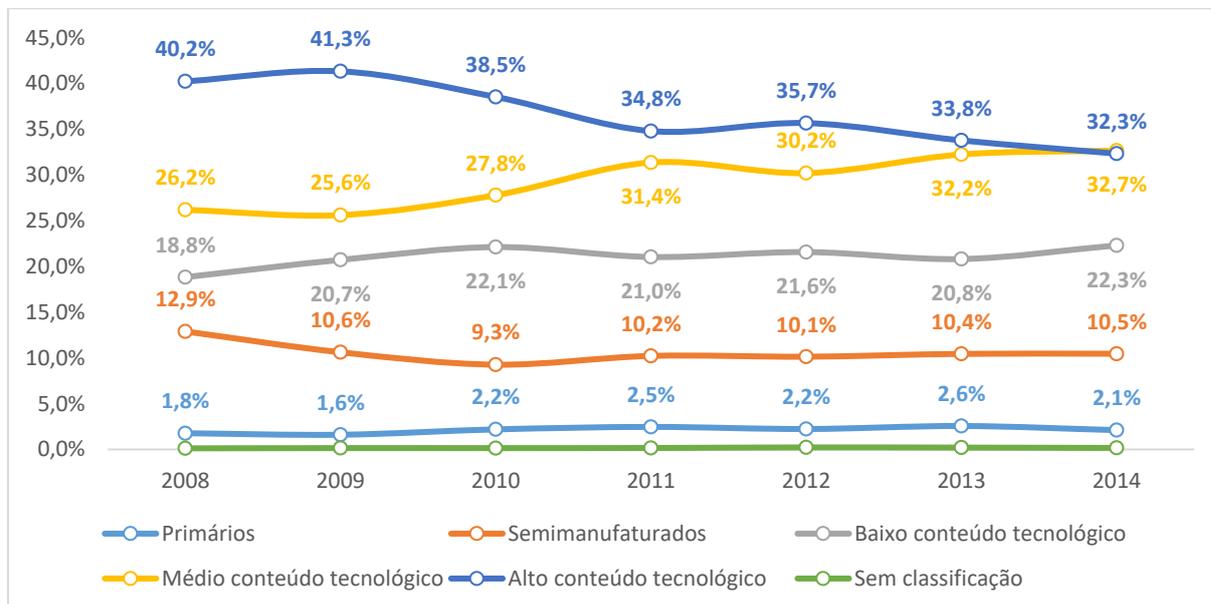
Os bens de alto nível de conteúdo tecnológico agregado também apresentam trajetória de crescimento positiva, passando de US\$ 344 Milhões em 2008 para US\$ 1,1 bilhão em 2012, mas que retornam aos níveis de 2008 e 2009 nos dois anos seguintes. O destaque vai para a exportação de medicamentos, que chegou a um valor de US\$ 21,8 bilhões em 2014, um salto enorme em relação aos pouco mais de US\$ 1,9 bilhão de 2008, ainda que as exportações destes produtos tenham caído em relação a 2013 na ordem de 33%. Outra categoria de produtos que apresentou diminuição em relação a 2013 foi a de equipamentos e peças de aeronaves, com um valor total de US\$ 178,8 milhões em 2014, 45% menor que em 2013 (Comtrade, 2016b).

Ou seja, no caso das exportações não podemos afirmar com exatidão que houve uma mudança significativa na pauta comercial. Em termos relativos, houve uma mudança na participação de cada nível agregado no total. Em termos absolutos, contudo, houve evolução em quase todas as faixas – incluindo de bens de médio conteúdo tecnológico, ainda que não represente parcela significativa do total em cada ano –, visto que mesmo que haja um certo arrefecimento a partir de 2012, os valores são significativamente maiores que no período pré-crise (ver Tabela 10).

No caso das importações, como podemos observar na Figura 21, existe uma tendência clara de queda na participação de produtos de alto nível tecnológico agregado no total após 2009, na contramão do que ocorre no período 2003-2007, como visto na Figura 12. Vale lembrar que esta queda na participação não necessariamente implica queda nas importações deste tipo de bens. Outro ponto a se notar é o aumento gradual na participação de produtos de média intensidade tecnológica no total, liderados por maquinaria, produtos químicos, veículos, entre outros.

O que se apreende em termos de participação por grau e conteúdo tecnológico agregado é a estabilização na pauta de exportações da China para o Brasil, com a manutenção de uma alta participação no total para produtos de médio e alto nível tecnológico, com estabilidade relativa nas demais faixas de agregação.

Figura 21 - Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - Porcentagem do total



Fonte: Comtrade; elaboração própria.

Em termos de valor (Tabela 18), podemos observar que houve evolução significativa tanto nos produtos de médio quanto alto conteúdo tecnológico agregado, apesar da queda na participação no total do último grupo. Entre 2008 e 2014 o valor das importações de bens de médio conteúdo tecnológico agregado cresceu 132%, enquanto a importação de bens de alto conteúdo tecnológico cresceu 50%. Dos grupos aqui analisados, foi o que menos cresceu neste período: por isso a queda na participação no total.

Houve um importante crescimento no caso de produtos primários – 122% entre 2008 e 2014. Este crescimento foi liderado pelo crescimento de 260% no período nas importações de alumínio, 606% de peixe e 144% de cobre, três dos principais produtos primários importados da China em 2014.

Em valor, há uma trajetória positiva tanto nas exportações quanto importações, em especial após 2009. Dos grupos analisados, o único que apresentou valor em 2014 menor que o de 2008 foi o de exportação de bens com alto conteúdo tecnológico agregado. Ou seja, o comércio entre os dois países cresceu em praticamente todos os segmentos analisados. Resta, portanto, analisar o comércio chinês e brasileiro com seus principais parceiros comerciais no período, a fim de verificar se o crescimento no comércio entre os dois países se deveu simplesmente ao fato das economias centrais estarem desaquecidas ou se houve de fato uma evolução na parceria comercial.

Tabela 18 - Brasil - Importação de bens da China por nível de conteúdo tecnológico agregado - 2008 a 2014 - US\$ Milhões correntes

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Primários</i>	355	256	561	807	765	955	788
<i>Semimanufaturados</i>	2.583	1.689	2.371	3.351	3.470	3.895	3.903
<i>Baixo conteúdo tecnológico</i>	3.773	3.296	5.659	6.895	7.386	7.760	8.325
<i>Médio conteúdo tecnológico</i>	5.248	4.074	7.110	10.280	10.341	12.023	12.194
<i>Alto conteúdo tecnológico</i>	8.061	6.573	9.858	11.406	12.213	12.595	12.068
<i>Sem classificação</i>	24	24	37	52	76	75	62
<i>Total</i>	20.044	15.911	25.595	32.791	34.251	37.304	37.341

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Na Tabela 19 podemos verificar o comércio de bens da China com seus cinco principais parceiros comerciais (tendo como referência 2014) entre 2007 e 2014: Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Austrália. É possível notar os efeitos da crise no ano de 2009, quando o valor de comércio cai para quatro dos cinco países.

Tabela 19 - China - Comércio de bens com os principais parceiros comerciais - US\$ Milhões correntes

	<i>EUA</i>	<i>Japão</i>	<i>Coreia do Sul</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Austrália</i>
2007	302.717	236.013	160.184	94.128	43.798
2008	334.429	266.732	186.070	114.999	59.682
2009	299.050	228.848	156.232	105.684	60.084
2010	386.515	297.780	207.106	142.298	88.325
2011	448.135	342.837	245.637	169.126	116.577
2012	486.204	329.459	256.402	161.146	122.303
2013	522.459	312.378	274.238	161.499	136.508
2014	556.946	312.252	290.440	177.695	136.823

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

Dentre os principais parceiros comerciais da China, o único país que apresenta aumento do comércio bilateral é a Austrália. Com os Estados Unidos, principal parceiro comercial da China, o valor passa de US\$ 334 bilhões em 2008 para US\$ 299 bilhões em 2009, uma queda de 11%. Em termos de participação no total do comércio não ocorrem grandes alterações. Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Austrália detém, respectivamente, 14,1%, 7,4%, 6,8%, 4,1% e 2,9% do valor total de comércio de bens da China em 2014, percentuais bastante próximos dos de 2007: respectivamente 13,9%, 10,8%, 7,4%, 4,3% e 2,0%.

O que se percebe, contudo, é que a retomada do comércio ocorre rapidamente a partir de 2010, em todos os casos ultrapassando os valores pré-crise. Ou seja, em primeiro momento não é possível afirmar que o aumento do comércio com o Brasil é simplesmente resultado do desaquecimento do comércio chinês com seus principais parceiros – em grande parte economias centrais desenvolvidas. No momento do auge da crise esta afirmação poderia ser verdadeira - visto que o grande crescimento no comércio entre Brasil e China ocorre entre 2009 e 2011 -, mas certamente não é o único motivo para o crescimento do comércio bilateral com o Brasil, considerando a rápida recuperação dos principais parceiros comerciais chineses.

Tabela 20 - Brasil - Comércio de bens com os principais parceiros comerciais - US\$ Milhões correntes

	<i>China</i>	<i>EUA</i>	<i>Argentina</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Holanda</i>
2007	23.370	44.226	24.821	15.880	9.957
2008	36.567	53.586	30.864	20.877	11.960
2009	36.915	35.963	24.067	16.043	9.123
2010	56.381	46.743	32.957	20.692	12.001
2011	77.105	60.184	39.616	24.253	15.907
2012	75.479	59.463	34.442	21.489	18.148
2013	83.330	61.164	36.078	21.735	19.678
2014	77.957	62.444	28.425	20.467	16.204

Fonte: Comtrade; elaboração do autor.

No caso dos principais parceiros comerciais do Brasil (Tabela 20), a situação é bastante similar à da China: há uma queda sensível no valor do comércio em 2009, mas a recuperação ocorre de forma rápida. Não parece haver uma relação direta entre o crescimento no comércio com a China após 2008-2009 com o decréscimo ou estagnação do comércio com outros parceiros comerciais, ainda que tenham ocorrido quedas no comércio com a própria China, Argentina, Alemanha e Holanda em 2014.

Assim, cabe também aqui o argumento de que se o crescimento vertiginoso no comércio entre Brasil e China fosse somente resultado do desaquecimento das economias centrais, faria sentido que este valor retornasse – ou chegasse próximo - aos patamares de 2008, o que não ocorre apesar da relativa estagnação do crescimento a partir de 2011.

Desta forma, é necessário entender as principais estratégias comerciais dos países a partir da crise financeira, tanto de forma bilateral quanto com relação ao comércio mundial, de forma a explicar a nova configuração nas relações comerciais entre os dois países. Deve-se entender também a própria dinâmica do crescimento brasileiro e chinês no período.

Na Figura 13 no Capítulo 2 pôde-se ver que houve uma queda expressiva no ritmo de crescimento chinês e brasileiro, em especial após 2010. Ainda assim, as taxas anuais de crescimento do PIB chinês são bastante elevadas, o que explicaria a crescente demanda do país por importações de produtos primários e semimanufaturados sob a forma de insumos para seu setor industrial em expansão⁹.

Em termos de PIB *per capita*, a China mantém um crescimento de em média 7,6% ao ano entre 2011 e 2014, ainda que numa trajetória descendente (Banco Mundial, 2017). O elevado crescimento do PIB per capita chinês contribui para a ascensão de uma classe média consumidora, mas ainda é considerado baixo em comparação aos países europeus, Japão e Estados Unidos. Vieira et al. (2016, p. 53) argumentam que nas últimas três décadas a China teria reduzido a população abaixo da linha da pobreza e se tornado um país de renda média, marcando o crescimento do “apetite chinês”. Além disso, o acirramento do processo de urbanização chinês teria também impactos sobre o consumo de alimentos, a partir de uma exigência maior por qualidade de segurança alimentar, mas também na cadeia logística de distribuição de alimentos.

Apesar da tentativa do governo chinês de manter uma taxa de autossuficiência alimentar de 95% para os produtos primários e da reestruturação e aumento da produtividade do setor agrícola no país, a previsão é de aumento da demanda chinesa por alimentos, tanto para consumo humano quanto animal (Vieira et al., 2016). Esta crescente demanda - que vem aumentando em sintonia com o crescimento chinês em geral – certamente explica o aumento das exportações de produtos primários e semimanufaturados nos últimos anos, seja sob forma de alimentos para a população (caso das carnes, açúcar, café, etc.), para animais (caso da soja) ou para alimentar a indústria chinesa sob forma de insumos (caso dos minérios, algodão, petróleo cru).

Assim, em certa medida o próprio crescimento chinês – tanto de sua indústria como renda *per capita* – acaba explicando o vertiginoso crescimento do comércio bilateral com o Brasil no período, e a diminuição no ritmo de crescimento dos dois países após 2011 pode ser o indicativo para a relativa estagnação no crescimento do comércio entre os dois países após este ano.

⁹ Apesar da participação do PIB industrial no PIB chinês estar diminuindo desde 2011 – passando de 46,4% para 43,1% em 2014 -, a indústria chinesa segue crescendo a um ritmo de 8,6% ao ano entre 2011 e 2014, mesmo que em trajetória descendente. Em termos de valor, a indústria chinesa atingiu um valor agregado de US\$ 4,5 trilhões em 2014. Em 2008, este valor era de US\$ 2,1 trilhões, e em 2011 de US\$ 3,5 trilhões (FMI, 2017).

No âmbito qualitativo, a tendência da pauta comercial parece ser de continuidade em relação a evolução da estrutura no período pré-crise. As exportações brasileiras para a China continuam sendo, em grande parte, de produtos primários, semimanufaturados e de baixo conteúdo tecnológico, ainda que em termos de valor tenha ocorrido evolução em todas as faixas de nível tecnológico. No lado das importações, a diferença com relação ao período 2003-2007 está na evolução da participação de cada faixa no total. Os bens de alto conteúdo tecnológico vão perdendo espaço para produtos manufaturados de média tecnologia agregada, mas em termos de valor a expansão se mantém em todas as faixas.

Na próxima seção as novas estratégias e políticas comerciais dos países no contexto pós-crise serão analisadas de forma a verificar sua participação na explicação do acirramento das relações comerciais entre Brasil e China.

3.2 – As estratégias comerciais pós-2008: realinhamento ou manutenção?

Com o advento da crise a partir de 2007-2008, tanto Brasil quanto China adotaram políticas internas de resposta e contenção.

No Brasil, política fiscal e monetária atuaram juntas, assim como medidas de estabilização para o sistema financeiro, mas vieram com algum atraso. Mori e Holland (2010) argumentam que este atraso para adotar políticas anticíclicas culminou no impacto agudo que a crise financeira teve na economia brasileira entre o final de 2008 e início de 2009, tendo as autoridades regido quando o cenário macroeconômico já estava se deteriorando. As principais medidas adotadas, segundo os autores, foram reduções na taxa básica de juros, redução de impostos sobre produtos industrializados, expansão do crédito nos bancos estatais e aumento de gastos do governo como forma de manutenção do consumo privado.

Na China, as políticas adotadas foram semelhantes. De acordo com Li et al. (2011), o governo chinês rapidamente adotou medidas anticíclicas para mitigar o impacto da crise:

“Starting in the third quarter of 2008, the Chinese authorities adopted a combination of an active fiscal policy and a loose monetary policy by introducing an RMB 4 trillion (\$580 billion) stimulus package for 2009 and 2010 in November 2008. Those efforts to support the economy during the global financial crisis prompted a surge in bank lending. Bank lending in China totaled RMB 9.6 trillion in 2009, reaching nearly half of that year’s GDP.” (Li et al., 2010, p. 4)

Ou seja, de forma similar ao governo brasileiro, o governo chinês adotou uma política monetária expansionista e um estímulo fiscal para estimular a economia durante a crise. Esta

combinação teria levado a um aumento do crédito bancário. Estas medidas foram possíveis, segundo os autores, graças às reservas acumuladas nos anos anteriores.

Cabe verificar agora se o contexto da crise resultou em alterações nas estratégias de comércio bilateral entre Brasil e China. Sousa (2016), em seu estudo sobre as relações entre os dois países, argumenta que a partir de 2009 o relacionamento bilateral passa a ocorrer de forma concertada e mais alinhada a interesses de grupos e organizações multilaterais, ainda que com manutenção das fricções bilaterais:

“Enquanto as relações políticas e multilaterais com a China, de forma geral, pareceram contribuir para a diminuição da vulnerabilidade externa brasileira, pesando mais favoravelmente as demandas do país, as relações comerciais, ao aprofundarem a primarização da pauta de exportações do país, parecem ter atuado em sentido contrário, o que acabou por fazer com que se questionasse se a diversificação de parcerias da política brasileira, ao elevar o papel da China, não teria na verdade criado uma nova dependência” Sousa (2016, p. 251).

Em 2009, o presidente Lula visitou a China e o vice-presidente chinês, Xi Jinping, visitou o Brasil. Foram fechados diversos acordos de cooperação nas áreas de petróleo e combustíveis naturais, mas alguns pontos de fricção também ocorreram, em especial relacionados a exportação de carnes brasileiras, a cooperação no setor de aviação e a insatisfação brasileira relacionada a falta de oportunidades de diversificação da pauta exportadora para o país asiático (Sousa, 2016, pp. 252-256). Neste mesmo ano, a China tornou-se principal parceira comercial do Brasil e teria sido fundamental para evitar a intensificação dos impactos da crise financeira na economia brasileira (Oliveira, 2016, p. 151)

Cada vez mais Brasil e China buscavam, além de um alinhamento bilateral, um alinhamento multilateral. Com a articulação de grupos como o BRICS (2009 sob o acrônimo BRIC – 2011 com a adição da África do Sul), a entrada da China no Banco Interamericano de Desenvolvimento (2009) e ações coordenadas no G-20, pode-se falar em intensificação na parceria entre os dois países, mas cada vez mais alinhada a interesses multilaterais. Ainda assim permanecem alguns pontos de fricção, em especial relacionados à política cambial chinesa e seu uso como justificativa pelo Brasil para medidas de proteção comercial junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) (Sousa, 2016, p. 302).

Com relação a política externa dos dois países num aspecto mais amplo - aplicado às relações com outros países, não somente na relação bilateral Brasil-China -, na avaliação de Sousa (2016, pp. 158-159), a política externa brasileira praticada no governo Lula teria sido

mantida também no primeiro governo Dilma (2011-2014), buscando parcerias externas, diversificação de mercados e cooperação multilateral, em especial com os BRICS e países em desenvolvimento, conforme explicitado na seção 1.2.3 deste trabalho.

No caso da China, o objetivo da política externa é sempre voltado ao multilateralismo e multipolarismo, buscando novas organizações – caso dos BRICS. (Sousa, 2016, p. 172). A política externa chinesa também estava pautada na busca por novas relações comerciais e diplomáticas para desenvolver parcerias estratégicas objetivando seu interesse no desenvolvimento interno chinês (Leite, 2011, p. 49, apud Sousa, 2016, p. 177). Assim, é natural que a China tenha buscado parcerias com os países latino-americanos e em desenvolvimento, dada a abundância de recursos naturais necessários para o desenvolvimento industrial chinês. O governo chinês reitera a ideia de parcerias com benefícios mútuos, mas esta relação muitas vezes se dá de forma assimétrica, sendo a China a grande beneficiada. Além de garantir o acesso a recursos naturais, a China estaria buscando com as parcerias estratégicas: expandir o mercado para exportações chinesas, garantir ativos estratégicos para suas multinacionais e garantir apoio político internacional (Sousa, 2016, pp. 179-180).

No aspecto bilateral, o que se mostra evidente é que não houve uma mudança radical nas estratégias de ambos os países para com o comércio. O Brasil continua buscando exportações de maior qualidade e apoio para sua inserção internacional, e a China mantém sua busca por novos mercados e matérias-primas. A diferença mais notável se dá pelo aumento no ingresso de investimentos diretos chineses no Brasil, sobretudo após 2009, em sua maioria buscando novos mercados e recursos naturais (Sousa, 2016, p. 314).

Se por um lado o comércio entre os dois países foi benéfico tanto para o Brasil – que encontrou no novo parceiro comercial uma forma de manter um alto volume de exportações em um contexto de desaceleração mundial – quanto para a China, esta relação é assimétrica, com os maiores benefícios do lado chinês, ainda que as relações entre os dois países tenham sido benéficas para a inserção internacional brasileira na última década, em especial sob o aspecto multilateral – em especial se considerarmos a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, o “Banco dos BRICS”, e o crescente poder político brasileiro na OMC até 2014 (Sousa, 2016, p. 322).

3.3 – Cooperação ou conflito: os desafios futuros para o Brasil

A partir da análise das estratégias comerciais de Brasil e China e da evolução do comércio e pauta comercial entre os dois países, o que se verifica é uma relação conturbada –

ainda que na maior parte do tempo positiva -, onde os benefícios pendem mais para o lado chinês do que o brasileiro.

A China tem uma pauta exportadora mais diversificada, com exportações de maior conteúdo tecnológico agregado. As importações chinesas do Brasil são, em maioria, de insumos industriais e alimentos, utilizadas para alavancar sua crescente indústria. O principal parceiro comercial do Brasil desde 2009 é a China, com um valor de comércio 25% maior que o segundo colocado – os Estados Unidos – em 2014. No caso chinês, o Brasil aparece somente em oitavo lugar na lista de principais parceiros comerciais da China em 2014, atrás de Austrália, Malásia e Rússia (Comtrade, 2016a). Ainda que haja uma relação de interdependência, o Brasil assume uma posição relativamente mais precária.

Peters (2016), em seu artigo sobre as relações de comércio e investimentos da América Latina com a China, questiona se haveria uma nova forma de dependência similar à das relações “centro-periferia” nas décadas de 1950 e 1970. O autor argumenta que a demanda chinesa por produtos primários teria auxiliado no crescimento do modelo primário-exportador na América Latina nos últimos anos, visto que os preços de commodities se mantiveram altos desde meados da década de 1990 (Peters, 2016, p. 138). Mesmo assim, a maioria dos países latino-americanos tem um grande déficit comercial com a China e, segundo o autor, seria questionável em termos sociais, econômicos e ambientais o aumento da produção de produtos primários e insumos por parte dos países latino-americanos para suprir este déficit. Ainda assim, haveria um espaço para cooperação e parcerias.

Oliveira (2016) discorre sobre as assimetrias nas relações comerciais entre Brasil e China e os desafios que este relacionamento propõe. Por um lado, o relacionamento assimétrico implicaria um certo temor de uma dependência mais profunda. Por outro, as relações comerciais entre os países são positivas e benéficas para o Brasil, visto que o saldo comercial (de bens) com a China permanece positivo nos últimos anos (ver Figura 18 - Saldo comercial – Brasil vs. China – 2007 a 2014 – Bens - US\$ Milhões). Além disso, apesar da maior parte das exportações brasileiras para a China serem de produtos primários e de baixo valor agregado, o setor agrícola brasileiro está em sinergia com os demais setores, tendo o Brasil um setor industrial forte (Oliveira, 2016, p. 152).

Ao mesmo tempo, a China seria uma grande fornecedora de insumos necessários para o desenvolvimento industrial brasileiro como máquinas, aparelhos mecânicos, elétricos, etc.

Ainda assim, é visível a perda de competitividade da indústria brasileira internacionalmente, muitas vezes atribuída à concorrência chinesa.

O ponto que o autor levanta é que a perda da competitividade industrial e consequentemente da participação das exportações industriais brasileiras nos mercados europeus e americanos, por exemplo, não é somente uma consequência da China, mas é ampliado por sua presença (Oliveira, 2016, p. 155). O autor conclui seu artigo argumentando moderação com relação a crescente presença chinesa no mercado brasileiro:

“Desta forma, a China é parte do problema e parte da solução; e, consequentemente, não é questão de “demonizar” sua atuação internacional e seus impactos nos interesses nacionais, nem de “endeusá-la”. Isto é, ainda que recentes, por um lado, os IEDs chineses estão demonstrando intenção de direcionamento a atividades produtivas in loco para atendimento de demandas internas ou regionais, ou para desconcentrar atividades produtivas na China. Por outro lado, esta cooperação possibilita igualmente avanços em inovação ou ampliação da cooperação científico-tecnológica” (Oliveira, 2016, p. 159).

Desta forma, um dos principais desafios para o Brasil seria o de enfrentar a ferrenha competição chinesa no setor de bens manufaturados, procurando aumentar sua capacidade de competir internacionalmente de forma a retomar ganhos de mercado para suas exportações destes produtos. Esta tarefa é cada vez mais difícil, visto que a China possui uma capacidade de escala de produção extremamente elevada, além de uma taxa de câmbio competitiva (Hiratuka & Sarti, 2016, p. 97).

Ainda assim, as relações com a China apresentam boas oportunidades de investimento e de pesquisa e desenvolvimento. O Brasil precisa buscar maneiras de se adequar a este novo contexto, considerando que as perspectivas de curto e médio prazo não apontam para uma grande desaceleração chinesa ou diminuição da competitividade de suas exportações.

Conclusão

Neste trabalho foi possível analisar a evolução das relações comerciais entre Brasil e China, suas nuances, oportunidades e desafios. A partir da análise dos dados, ficou evidente o intenso avanço do comércio entre os dois países, em especial após 2003, quando ambos adotam uma postura mais voltada às parcerias estratégicas como forma de inserção internacional. A China, em um momento de plena industrialização, buscando novos mercados para suas exportações - cada vez mais avançando em termos de conteúdo tecnológico agregado - e insumos para sua produção industrial, encontrou no Brasil um parceiro capaz de ofertar parte da matéria-prima necessária para seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, um país com um grande mercado consumidor para seus produtos.

O Brasil, de forma similar, buscava novos mercados e maneiras de se projetar internacionalmente como uma potência emergente, e procurava - em especial a partir de 2003, com o governo Lula - parcerias estratégicas com países em posições similares ou em grupos de cooperação, caso do Mercosul, da cooperação Sul-Sul, dos acordos de comércio e investimento com países africanos e com a própria China e o ascendente BRICS.

A partir de 2007-2008, com o advento da crise financeira global, as relações comerciais entre Brasil e China avançam vigorosamente em termos de volume de comércio. O desaquecimento das economias centrais somado a sempre crescente economia chinesa fez com que o Brasil se tornasse relativamente mais importante para o país asiático, ainda que nunca tenha figurado entre os principais parceiros comerciais da China. Sob a ótica brasileira, a China se torna o principal parceiro comercial do Brasil já em 2009, e se mantém nesta posição até 2014, o fim do período estudado neste trabalho.

O crescimento no contexto pós-crise se dá de forma muito mais intensa, mas não parece ter sido motivado somente pelo desaquecimento das economias centrais: talvez no momento de grande impacto da crise - 2009 - este tenha sido o principal motivo para o crescimento no comércio bilateral Brasil-China, mas a recuperação nas economias centrais e a manutenção do comércio em alto patamar sugerem que este não é o único motivo para este elevado crescimento. Em termos de estratégias comerciais tampouco ocorrem mudanças muito significativas. Tanto Brasil quanto China mantém o *core* de suas estratégias de comércio, buscando mercados para seus produtos - em especial para produtos industriais, em competição -, novas parcerias - agora com maior foco no multilateralismo -, inserção e poder nos fóruns multilaterais e blocos regionais, etc.

Neste período, contudo, torna-se claro para o Brasil que a competitividade de sua indústria exportadora – e em certa medida, para bens de consumo nacional – é frágil se comparada aos países do sudeste asiático, com destaque para a China. A pauta de exportações do Brasil para a China mantém sua tendência de evolução em direção aos produtos primários e semimanufaturados – ainda que os valores de outras categorias de nível tecnológico também tenham crescido, houve perda em termos de participação -, tanto no período de 2003 a 2007 quanto 2008 a 2014. No caso das importações brasileiras da China, há uma tendência de crescimento na participação de bens de médio e alto conteúdo tecnológico, que se mantém após 2008. Em termos de valor, assim como nas exportações há um crescimento intenso após 2008-2009, em parte resultado do próprio crescimento chinês e da demanda reprimida nos países centrais, em parte relacionado à própria estratégia dos dois países de manutenção e intensificação na parceria comercial.

Apesar das perspectivas ruins com relação a competição chinesa com os produtos brasileiros tanto no mercado interno quanto externo, o Brasil mantém um saldo comercial positivo com a China, mesmo que a maior parte do volume exportado seja de produtos primários. Além disso, a manutenção de uma parceria estratégica com a China – cada vez mais um ator global de enorme importância – é benéfica para a inserção internacional brasileira, e uma parceria de tamanho peso acaba por auxiliar nos planos brasileiros no âmbito dos fóruns multilaterais e acordos diversos de cooperação com outros países.

Desta forma, fica evidente que o exponencial crescimento nas relações comerciais entre Brasil e China na última década trouxe uma série de questionamentos pertinentes a respeito da inserção brasileira no comércio internacional, a competitividade de suas indústrias e o fôlego de consumo de seu mercado interno, além de questionamentos sobre a capacidade de continuar a expansão em direção a produção de matérias-primas e bens de baixo conteúdo tecnológico agregado. Ainda assim, as relações comerciais entre Brasil e China evoluíram sem grandes impasses e atritos e foram benéficas para a manutenção de altos volumes de exportação do Brasil mesmo no período de desaquecimento global marcado pela crise financeira, com uma manutenção de um saldo positivo no comércio bilateral de bens, mesmo quando a balança comercial brasileira passou a incorrer déficits. Assim, conclui-se que as perspectivas neste relacionamento são de continuidade – manutenção do alto valor de comércio e aprofundamento da parceria estratégica, sobretudo no âmbito multilateral -, mas certamente com a manutenção dos conflitos relacionados as estratégias adotadas pelos dois países, trazendo uma necessidade de precaução por parte do Brasil nesta relação.

Referências

- AVERBUG, A. *Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90*. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. (orgs.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- BANCO MUNDIAL. *World Bank Open Data*. 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em 27 jun. 2017.
- BALDWIN, Richard. *The great trade collapse: What caused it and what does it mean?* In: **The great trade collapse: Causes, consequences and prospects**, v. 100, n. 105, p. 1. 2009
- BECARD, Danielly Silva Ramos. *O que esperar das relações Brasil-China?* **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, Nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400004>.
- BEKIROU, Stelios. D. *Decoupling and the Spillover Effects of the US Financial Crisis: Evidence from the BRIC Markets*, **Working Paper Series 21_13, The Rimini Centre for Economic Analysis**, 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/rim/rimwps/21_13.html>. Último acesso em 23 jun. 2017.
- BIANCARELLI, André Martins. *Integração, ciclos e finanças domésticas: o Brasil na globalização financeira*. 2007. 267p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000425938>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- BIANCARELLI, André. *Uma nova realidade do setor externo brasileiro, em meio à crise internacional*. **Texto para discussão, Rede Desenvolvimentista**, n. 13, 2012.
- BIATO JUNIOR, Oswaldo. *A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BLANCHARD, Olivier; JOHNSON, David R. *Macroeconomics*. 6ª ed. **The Pearson Series in Economics**. Boston: Pearson, 2013.
- CARVALHO, David Ferreira. *A crise financeira dos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana*. **Anais do III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, São Paulo, 2010.
- CAVALCANTE, Thiago; LIMA, Marcos Costa. *A Política Comercial do Governo Lula (2003-2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o Mercosul e com o resto do mundo*. **Revista Século XXI**, v. 4, n. 2, p. 53-72, 2014.
- COMTRADE. *UN Comtrade - International Trade Statistics Databases*. 2016a. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em 27 jun. 2017.
- COMTRADE. *Technological classification of exports by SITC*. 2016b. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/Technological-classification-of-exports-by-SITC>>. Acesso em 30 mai. 2017.
- CYPHER, James Martín. *South America's commodities boom: developmental opportunity or path dependent reversion?* **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 30, n. 3-4, p. 635-662, 2010.

- DICK, Patrícia Paloschi. *A parceria estratégica entre Brasil e China: A contribuição da política externa brasileira (1995-2005)*. Dissertação (mestrado), UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- DOOLEY, Michael; HUTCHISON, Michael. *Transmission of the US subprime crisis to emerging markets: Evidence on the decoupling–recoupling hypothesis*. **Journal of International Money and Finance**, v. 28, n. 8, p. 1331-1349, 2009.
- DWIVEDI, D. *Macroeconomics: theory and policy*. New Delhi: **Tata McGraw Hill Education Pte Ltd.**, 2010.
- FMI, 2016. *Fundo Monetário Internacional - World Economic Outlook Database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em 27 jun. 2017.
- HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. *Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro*. **Revista Tempo do Mundo, IPEA**, v. 2, n. 1, p. 83-99, 2016.
- LALL, Sanjaya. *The Technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985-98*. **Oxford development studies**, v. 28, n. 3, p. 337-369, 2000.
- LI, Linyue; WILLETT, Thomas D.; ZHANG, Nan. *The effects of the global financial crisis on China's financial market and macroeconomy*. **Economics Research International**, v. 2012, 2012.
- LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. *A influência do câmbio e do boom de commodities sobre a pauta de exportações sul-americana*. 2013. Dissertação (mestrado). UFPR, Curitiba.
- LUND, Susan et al. *Financial globalization: Retreat or reset*. **McKinsey Global Institute**, p. 2, 2013.
- MCKINNON, Ronald; SCHNABL, Gunther. *China and its dollar exchange rate: a worldwide stabilising influence?* **The World Economy**, v. 35, n. 6, p. 667-693, 2012.
- MDIC, 2016. *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em 23 jan. 2017.
- MENDES, Adriana Toledo; AZEVEDO, André Filipe Zago de; TERRA, Paulo Renato Soares. *Um estudo empírico sobre as perspectivas de ampliação das relações comerciais entre Brasil e China*. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, RS, v. 16, n. 16, p.3134-3148, 29 nov. 2013. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236117010608>.
- MESQUITA, Mário et al. *Considerações sobre a atuação do Banco Central na crise de 2008*. **Trabalhos para Discussão**, v. 202. Banco Central do Brasil 2010.
- MORI, Rogério; HOLLAND, Márcio. *Respostas à crise financeira de 2008 de uma perspectiva brasileira*. Escola de Economia de São Paulo, Getulio Vargas Foundation (Brasil), 2010.
- NAIDIN, Leane Cornet; SANTOS, Thauan; FROIMTCHUK, Julia. *Os BRICS e o Investimento Externo Direto (IED) no período 1990-2012*. **BRICS Policy Center**, PUC-RIO, 2011. Disponível em:

<<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3899/doc/1347749806.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2017.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Brasil-China: uma relação sul-sul*. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 117-127, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?* **Revista Tempo do Mundo, IPEA**, v. 2, n. 1, p. 143, 2016.

PETERS, Enrique D. *Latin America's trade and investment relationship with China (2000-2012): a new form of dependency?* **Revista Tempo do Mundo, IPEA**, v. 2, n. 1, 2016.

PRATES, Daniela Magalhães. *A alta recente dos preços das commodities*. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 323-344, Set. 2007.

PRATES, Daniela; MARÇAL, Emerson Fernandes. *O papel do ciclo de preços das commodities no desempenho recente das exportações brasileiras*. **Análise Econômica**, v. 26, n. 49, pp. 163-191. 2008.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, Andre Moreira. *O efeito-contágio da crise financeira global nos países emergentes*. **Encontro Nacional de Economia Política** (14/jun/2009: São Paulo, SP). Anais. São Paulo: PUC-SP, 2009.

PUGA, Fernando Pimentel et al. *O comércio Brasil-China: situação atual e potencialidades de crescimento*. **Textos para discussão**, n. 104, BNDES, 2004.

RÖTHELI, Tobias F. *Causes of the financial crisis: Risk misperception, policy mistakes, and banks' bounded rationality*. **The Journal of Socio-Economics**, v. 39, n. 2, p. 119-126, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. *As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007*. **Revista brasileira de política internacional**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra. *Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados*. 2016. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP - Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2016.

THORSTENSEN, Vera Helena. *Brasil e China: de conflitos de interesses à busca de uma agenda comum*. **CCGII Working Papers Series**, v. 303. Nov. 2011.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; COVOLAN FIGUEIREDO, E. V. *O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?* **Revista Tempo do Mundo, IPEA**, v. 2, n. 1, p. 51-82, 2016.

WÄLTI, Sébastien *The myth of decoupling*. **MPRA Paper 20870, University Library of Munich, Germany**, 2009. Disponível em:

<<https://ideas.repec.org/p/prapa/mprapa/20870.html>>. Último acesso em: 25 jun. 2017.

WTO, 2017. *World Trade Organization – Organização Mundial do Comércio – WTO Statistics Database*. Disponível em:

<<http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>>. Acesso em 10 jun. 2017.